

ARNOBIO ROCHA

crise

DOIS ■ ZERO

A TAXA DE LUCRO RELOADED

ARNOBIO ROCHA

crise

DOIS ■ ZERO

A TAXA DE LUCRO RELOADED



lubinho

Brasil 2013

REVISÃO

Marinilda Carvalho

CAPA E EPUB

Esper Leon

Sumário

PARTE I - O conceito de crise

Superprodução ou escassez?

O capital não acaba

A volta a Marx

EUA, 2005: o começo

EUA, 2008: a queda exposta

A reação do Estado

A crise aporta na Europa

Economias falidas

O novo ciclo do capital

PARTE II - Alemanha, centro do poder na UE

A musculatura alemã

A transfusão de sangue

Austeridade x crescimento?

Capital incrementa capital

Imposições à UE

Crise das dívidas, a trava

A economia alemã dá uma parada

PARTE III - As dores da crise nos EUA

Os movimentos do capital

A polêmica do calote

Um longo impasse

Obama II

O abismo fiscal

Há saída para a crise?

PARTE IV - O papel dos BRICS na crise

Nova ordem mundial

BRICS e o Brasil

A saída brasileira

O governo Dilma

Para onde aponta este modelo?

PARTE V - O “lado b” da UE

A Itália e seu eterno atoleiro

Em queda e sem governo

Impasse político

Cai o ex-tigre europeu

2012, o ano “maia” da Espanha

Monarquia decadente

Separatismo e resistência

A tragédia grega

A explosão da xenofobia

Austeridade que mata

PARTE VI - O Estado Gotham City

A burguesia revolucionária

Imperialismo e revolução

Crédito, o motor da Guerra Fria

O neoliberalismo

Senhor do mundo e das guerras

A gênese do Estado Gotham City

Estado Gotham City e BRICS

Estado Gotham City e indignados

Prefácio

Este ebook é filho amado, cuidado e legitimado, quase que registrado em cartório, das chamadas tecnologias sociais, que tantos acusam de isolacionistas. Para começar, nasceu num blog – Política, Economia e Cultura. O “pai”, tuiteiro, feicebookeiro, googlepluseiro e o que mais nos venha ao teclado, viveu um caso de amor espantado com a mais impactante freada do capitalismo desde 1929, freada essa que batizou carinhosamente de Crise 2.0 – sim, até o nome da “mãe” lembra as tecnologias computowébicas!

Pois Crise 2.0 é um conjunto de 325 textos publicados no blog ao longo de 20 meses, aqui revisados e atualizados, sobre os desdobramentos da crise nos Estados Unidos, na Europa e nos países BRICS. Um painel completo, jamais visto em nossa imprensa entreguista, nem mesmo na alternativa. Quase 32 mil visitantes leram os posts, permanecendo nas páginas mais de cinco minutos, uma enormidade em nossos tempos instantâneos.

Acompanhei com sofreguidão os capítulos emocionantes deste folhetim. Incomodei o autor com perguntas, cobranças, insistências em mais de 100 comentários, fora as conversas no Twitter, no GTalk e no GMail – daí, acho, ter sido convidada (honrada!) para “madrinha” do ebook. Verdade que também nos une, apesar da diferença de gerações, o passado comunista, as alegrias nas vitórias operárias, as lágrimas nos saltos neoliberais, tudo temperado de reverência às teorias marxistas na análise dos processos históricos, marca maior deste trabalho.

O livro mostra praticamente todos os momentos da sangrenta luta

de classes que permeia a Crise 2.0. Como doeu seguir as derrotas consecutivas dos espanhóis ou dos gregos... Alguns textos faziam chorar, outros despertavam ódio. Afinal, o diabo nesta terrível Crise 2.0 é que os capitalistas não se atiram mais dos prédios, eles pedem dinheiro aos governos e os governos dão. Quanto aos trabalhadores, tudo perdem, o emprego, as calças, a esperança. A classe trabalhadora é que está se matando mundo em crise afora.

Aos 43 anos, meu querido companheiro Arnobio Rocha, formado em Direito, técnico em Telecomunicações, é cearense de nascimento, paulistano de vivência, corintiano de paixão. Casado com a linda Mara, é pai das lindas Letícia e Luana. Ama as artes, o PT, o povo brasileiro e... a coerência.

Coerência, camaradas, é a chave deste ebook único. E o que pode ser mais coerente do que seu lançamento num clubinho de ebooks?

Marinilda Carvalho

Apresentação

“Religionum animum nodis
exsoluere pergo” — Esforço-me
por libertar o espírito dos nós das
superstições (Tito Lucrecio Caro,
De Rerum Natura, I, 932)

Escrever a série Crise 2.0 em meu blog foi um mero acaso. Comentei a quebra financeira num primeiro post e vislumbrei ali uma chance de colaborar de forma propositiva com o debate que, a meu ver, é o mais crucial de todos: conhecer os elementos da economia política é ferramenta poderosa para lidar com qualquer outro debate. Sem o domínio mínimo dos processos de funcionamento do sistema, dificilmente o cidadão consegue intervir de forma coerente e decisiva na política, desde a mais ampla, o jogo do poder, até a mais colateral (não menos importante), como a questão dos costumes, da sexualidade, do racismo ou da xenofobia. Conhecer a dinâmica do sistema é condição primeira para a ele se contrapor.

A queda do Muro de Berlim, do Leste europeu e da antiga União Soviética teve impacto devastador na esquerda. O capitalismo triunfou, a história até acabou. A ideologia, nosso fogo de Prometeu, nos foi tomada de volta por Zeus. Ficamos desarmados.

Mas aí a hidra do capital, nossa velha conhecida, a Crise de Superprodução, voltou a aparecer. Os Estados Unidos entraram na pior crise de sua história desde 1929; a Europa, que poderia contrabalançar

o baque, mergulhou no caos. A oportunidade se apresentava: testemunhamos quase um renascimento de Marx, agora tido como visionário, quase profeta, não como o revolucionário que foi, que questionou as bases do sistema capitalista.

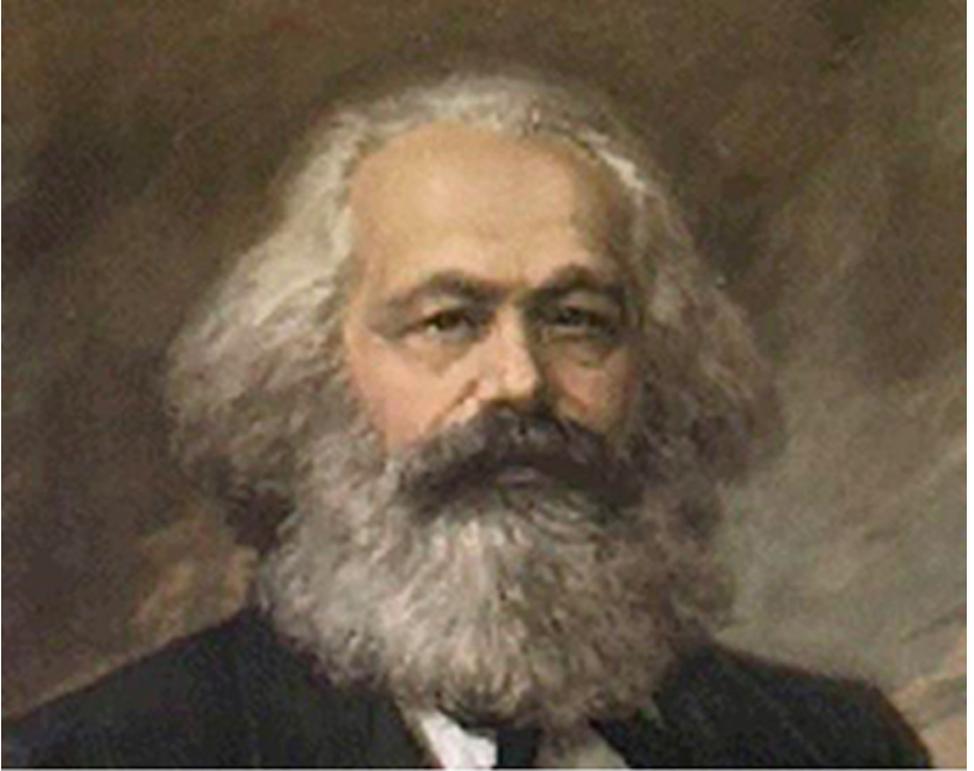
Nosso desmonte foi tão grande, porém, que é até difícil encontrar análises do significado desta que denominei Crise 2.0, num esforço teórico para discuti-la com olhos marxistas. Convido a todos à leitura e ao debate, principalmente os mais jovens.

De certa forma, assim espero, o papel da série, do blog e agora deste livro foi cumprido a contento. Por mais chato que seja, vou continuar a repetir, como mantra: sem teoria, sem conhecimento e sem ação nada, ou quase nada, se muda.

Arnobio Rocha

PARTE I

O conceito de crise



**“A crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos e forma assim, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menor amplitude, nova base material para o novo ciclo de rotações”
(Marx, O Capital, Vol. III, 1894)**

O objetivo desta série sobre a Crise 2.0 foi, desde o início, suprir uma lacuna grave na esquerda, pelo menos na blogosfera, que é a falta de acompanhamento semanal ou até diário do que acontece de mais importante na luta de classes, em particular sob a ótica mais perversa, a lógica destrutiva do capital. A primeira questão a definir é o Conceito de Crise: aderimos completamente ao que Marx define, mas isto diz pouco. Precisamos pormenorizar a definição e a localização no tempo e espaço do momento atual da crise, que denominamos Crise 2.0.

SUPERPRODUÇÃO OU ESCASSEZ?

A crise de superprodução, ao contrário do que se supõe, não está relacionada à escassez de produção, ou de crise agrícola – esta fase foi superada há mais de 150 anos. As crises são concentradas no coração do capital, e refletem as relações econômicas dadas em determinado momento do ciclo amplo de produção, sempre no pico, jamais no vale da curva senoidal. Como bem assinalam José Martins e Coggiola no livro “Dinâmica da Globalização (Mercado Global e Ciclos Econômicos de 1970 a 2005)”:

“No ponto mais alto da fase expansiva, e imediatamente depois da crise, quando a economia capitalista entra na fase de crescimento lento, parte do capital adicional começa a ser expulso da produção porque a taxa média de lucro não compensa seu investimento, o desemprego aumenta na mesma proporção em que a inversão cai. É o momento em que os capitalistas iniciam nova e mais pesada ofensiva sobre as condições de vida e de trabalho dos assalariados”.

O CAPITAL NÃO ACABA

Outro mito, que devemos combater, é o de que as crises, ou esta em particular, é “terminal”, de que o capitalismo vai acabar, que se destruirá inexoravelmente. Esta crença, quase religiosa, lembra os milenaristas e outras seitas que marcam data para o fim do mundo: quando não acontece, ficam sem ter o que dizer. Pensar que o capitalismo acaba por si desarma os trabalhadores e nos leva à barbárie.

Marx já trata no “Manifesto Comunista” da questão social da crise.

“Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados como também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea”.

E complementa:

“O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios para evitá-las”.

A VOLTA A MARX

Afastados estes dois desvios – crise de escassez e crise terminal –, podemos analisar com mais rigor científico o fulcro da crise, a

tendência à diminuição da taxa de lucro e a luta de morte que o capital trava para recompô-la, não economizando meios e saídas. Os ciclos econômicos acabam permeados por perturbações e lutas intrínsecas entre capitalistas e destes contra os trabalhadores para que o “Gral” (o lucro) seja garantido. Nas palavras de Marx na “Teoria da mais-valia”:

“(…) existe destruição de capital nas crises, pela depreciação de massas de valor, que as impede de voltar a renovar mais tarde, na mesma escala, seu processo de reprodução como capital. É a queda ruínosa dos preços das mercadorias. Não se destroem valores de uso. O que perdem alguns, ganham outros. Mas, consideradas como massas de valor que atuam como capitais, veem-se impossibilitadas de se renovar nas mesmas mãos como capital. Os antigos capitalistas se arruínam”.

A crise acaba sendo um remédio grave, mas regulador, da tentativa de recomposição das taxas de lucro – os capitalistas literalmente queimam capital excedente, de superprodução de valor, muitas vezes aqui expressos em capital “especulativo”, e reposicionam empresas, bancos, nações inteiras neste “salvamento” do objeto mágico que lhes dá vida: o lucro.

Analisar a atual crise sem ter em mente os grandes ensinamentos do maior expert em capitalismo não nos ajuda muito no enfrentamento cada vez mais violento das condições que impõe o Estado burguês, totalmente submisso ao grande capital. Na crise, os governos expõem nitidamente quem realmente *manda* no Estado, como temos lembrado em cada artigo da Crise 2.0.

EUA, 2005: O COMEÇO

Quando se deu efetivamente o início da crise? Ou melhor dizendo, qual seu ponto de ebulição? Parece preciosismo, mas não é. Muitas vezes os economistas tratam dos efeitos da crise, nunca da causa. Mais ainda, analisam-na quando ela já se deu, ou no momento em que se tornou por demais visível. Esta questão é fundamental para que um projeto alternativo de sociedade possa captar melhor os sinais de superprodução e agir efetivamente no combate ao capital. Do contrário, como agora, os embates já se dão numa conjuntura extremamente desfavorável, com alto desemprego, os assalariados expulsos do mercado de trabalho e politicamente desarmados, vítimas da ação mais que predatória do grande capital, aceitando acordos aviltantes de redução de salários, benefícios, previdência e aposentadoria.

O Pós-Guerra elevou os Estados Unidos à condição de maior potência econômica mundial, num mundo aparentemente bipolar. O Plano Marshall garantiu não apenas a reconstrução da Europa, mas também a hegemonia incontestada dos EUA. Mesmo nas crises posteriores à Segunda Guerra Mundial conseguiam fortalecer seu poder. Apenas militarmente a antiga URSS era um rival à altura.

O economista Antonio Martins, em parceria com Osvaldo Coggiola, escreveu excelente texto sobre a economia mundial de 1970 a 2005. Em dado momento revela que, ao contrário do que pensávamos, a crise de 74, conhecida como “Crise do Petróleo”, na verdade já se gestava desde 1968/1969: os números – de horas trabalhadas, produtividade e lucro – mostravam o ápice da superprodução. O momento da crise não foi em 1974, mas bem antes. O que se via em 1974 eram os efeitos da crise, que em geral é queima de forças produtivas, de capital, para que a taxa de lucro se recomponha.

O repique daquela crise se deu em 1981/82, com o início do

governo Reagan, e se expressou na questão da dívida dos países então chamados de “Terceiro Mundo”. Estes países haviam recebido grandes investimentos de capital desde os anos 60/70 e a “conta” efetivamente foi cobrada pelo FMI e o Clube de Paris no início dos anos 80. Aquele novo ciclo se abriu em 1983 com a maior revolução da história do capital, que ajudou varrer o Leste: a revolução da microeletrônica. O novo ciclo do capital, iniciado em meados dos anos 80, liderado mais uma vez pelos EUA, resultou na queda do Muro de Berlim e no fim da URSS.

Uma guerra no Iraque e pequenas guerras na África ajudaram a azeitar a colossal indústria bélica americana. Nos anos 90 tivemos a incorporação definitiva da China ao capital, com seu modo de produção peculiar – Capitalista de Estado –, dirigida por uma burocracia estatal violenta. A integração da China ao capitalismo central deu fôlego vital ao capital: com ela, amplas massas entraram no processo produtivo global, mas fundamentalmente o país ajudou a definir novos padrões produtivos e a incrementar a taxa de lucro do capital.

Milhares de empresas aportaram na China, principalmente americanas, transformando o panorama global do processo de acumulação/circulação capitalista. O apogeu deste movimento se daria nos anos 2000. Paralelamente, a indústria bélica americana, um dos carros-chefe do capital, conseguia duas lucrativas guerras, Iraque e Afeganistão, que ajudam a consumir sozinhas mais de 1,5 trilhão de dólares – além de um orçamento anual crescente que de 2001 a 2010 chegou aos 6 trilhões de dólares. Esta esfuziante marca é acompanhada do aprimoramento das telecomunicações e da internet, fundamental no controle político e ideológico mundial.

Tudo parecia festa, o capital nunca crescera tanto, sem a menor

oposição. O que parecia eterno e definitivo começou, no entanto, a se esvaír por volta de 2005. Por dados empíricos cheguei à conclusão de que o ápice do então ciclo de produção/circulação e realização do capital se deu entre 2005 e 2006, o ponto de ebulição – ou de Superprodução de Capital. É o que indicam os números do Departamento de Comércio dos EUA, com preços e empregos em alta, pleno uso das forças produtivas. Os sintomas visíveis da queda, porém, surgiram apenas em 2008, passando por período longo de recomposição. A taxa de lucro começou a ser recomposta apenas em 2011, com perspectiva de crescimento.

Este é o mundo real, da economia real, em que as pessoas reais vivem. Para além dele, e com reflexos caóticos, os mercados continuam na escalada dos ganhos ilusórios, que apenas na crise se expõem cristalinamente. As ações do Federal Reserve (o Banco Central americano) durante a “queda” foram claro demonstrativo dos proprietários do Estado Americano: cinco trilhões de dólares foram gastos para cobrir os ganhos irreais do capital, pagos pelos trabalhadores e o povo americano e do mundo todo. O imenso estoque de moeda em poder do Fed foi usado para financiar plenamente o novo crescimento, ou uma “justa” taxa de lucro dos grandes capitalistas.

Dados da Standard & Poor’s sobre o preço de imóveis nos EUA, publicados pelo Radar Econômico do *Estadão* (setembro/2011), dizem:

“As moradias nas 20 regiões metropolitanas analisadas pela S&P estão 33% mais baratas do que no pico histórico, de julho de 2006, sendo o momento atual o pior da série com ajuste sazonal. Na pesquisa sem esse tipo de ajuste, o indicador também aparece em nível comparável ao dos seus momentos mais críticos. O índice da S&P mostra que, desde 2009, o setor teve breves

momentos de recuperação, mas sempre seguidos por perdas que o levaram de volta a um patamar em torno de 140 pontos”.

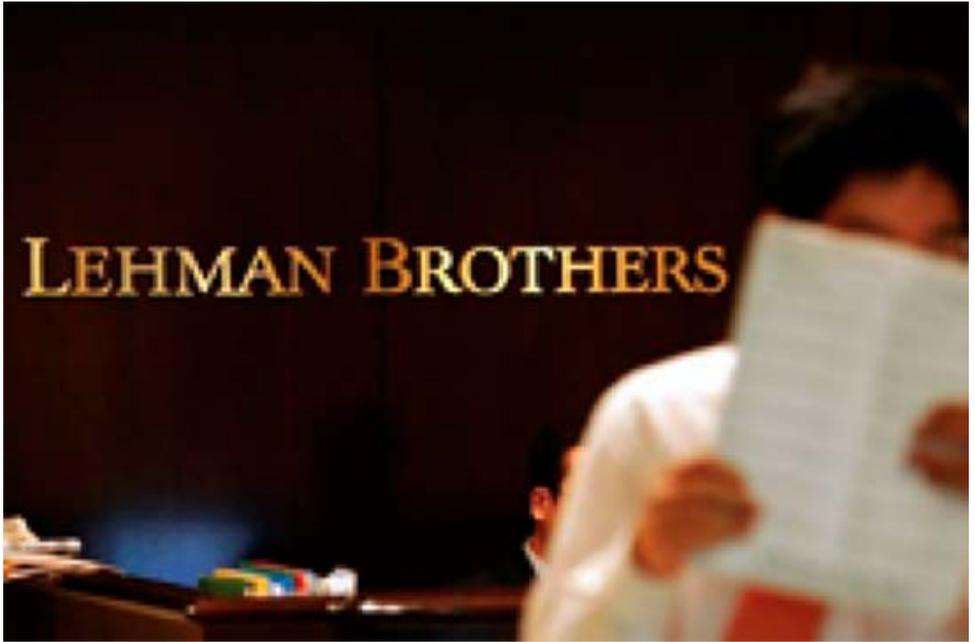


“Essa pontuação serve para comparar os preços em diferentes momentos. No pico histórico, por exemplo, o índice sem ajuste sazonal marcava 206 pontos. Se hoje está em 140, significa que houve uma queda de 33% nos preços nesse íterim. Os piores momentos da crise, pela série não ajustada, ocorreram em abril de 2009 (139 pontos), em abril do ano passado (138) e em novembro último [2010] (...). Nesse meio tempo, houve alguns lampejos de recuperação, chegando a atingir 149 pontos em julho de 2010, mas tais momentos foram sempre frustrados por perdas posteriores”.

O ápice do ciclo se deu entre meados de 2005 e fevereiro de 2006, em linha com outros índices de preços. A conclusão de Sergio Crespo, o jornalista responsável pelo Radar Econômico do *Estadão*, vai no mesmo sentido: “O gráfico mostra que houve uma alta praticamente contínua de 2000 a 2006, seguida de uma queda iniciada naquele ano e

acentuada em meados de 2007, um ano antes da quebra do banco Lehman Brothers. Desde 2009, o setor vem se debatendo, sem sucesso”.

Foto: Getty Images



EUA, 2008: A QUEDA EXPOSTA

É importante olhar estes dados e ligá-los ao fenômeno dos subprimes, a ciranda das hipotecas, quase toda baseada nestes inflados preços de imóveis. O “mercado” percebe como ninguém o movimento do capital, sabe que o capital não se reproduz por si, mas fundamentalmente no valor: ele especula em cima da taxa de lucro, dos ganhos futuros. Quando as hipotecas começaram a se tornar impagáveis, precisamente em 2005/2006, tivemos a maior emissão de subprime – os bancos de

especulação pura e simplesmente foram para o “vinagre”.

Justamente 2005 foi o ano de menor desemprego em décadas nos EUA, com 4,7%; os salários estavam em patamar elevado, os empréstimos tinham juros baixos e fáceis, tudo conspirava a favor. Se olharmos o gráfico entenderemos que tudo trava em julho de 2005, os preços começam a se estabilizar, não há mais crescimento. Isso é coerente com o restante da economia dos EUA. A queda se inicia em abril de 2006 e a economia desaba de vez em março de 2008, quando começa a longa sequência de falências dos bancos americanos, culminando com a quebra do Lehman Brothers em setembro. Comparemos o gráfico dos imóveis com a pequena cronologia desta sequência de quebras, baseada em dados do *Estadão* (março/2011):

MARÇO: OS SINAIS

Em março, o Federal Reserve disponibiliza mais US\$ 200 bilhões para bancos em dificuldade”. No dia 17, o quinto maior banco americano, Bear Stearns, é comprado pelo JP Morgan Chase por US\$ 240 milhões (um ano antes, o banco valia US\$ 18 bilhões).

13 de julho

O banco de hipotecas americano IndyMac entra em colapso e se torna o segundo maior banco a falir na história dos Estados Unidos.

14 de julho

Autoridades financeiras dos EUA prestam assistência às duas gigantes do setor de hipotecas, Fannie Mae e Freddie Mac. Juntas, as duas são responsáveis por quase metade das hipotecas, detêm ou garantem cerca de US\$ 5,3 trilhões em financiamentos e são cruciais para o mercado imobiliário americano.

SETEMBRO: O DESASTRE

7 de setembro

O governo dos Estados Unidos anuncia que está assumindo o controle das empresas de hipoteca Freddie Mac e Fannie Mae, numa operação que foi considerada uma das maiores do gênero na história americana. O secretário do Tesouro, Henry Paulson, afirma que os níveis das dívidas das duas companhias significavam um “risco sistêmico” para a estabilidade econômica e que, se o governo não agisse, a situação poderia piorar.

10 de setembro

O Lehman Brothers, o quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos, registra perdas de US\$ 3,9 bilhões nos três meses anteriores a agosto. O anúncio ocorre em meio a mais alertas econômicos da Comissão Europeia, afirmando que Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha poderão entrar em recessão até o fim de 2008.

15 de setembro

Após dias em busca de comprador, o Lehman Brothers pede concordata, transformando-se no primeiro grande banco a entrar em colapso desde o início da crise financeira. O ex-presidente do Fed Alan Greenspan afirma que outras grandes companhias também poderão cair. No mesmo dia, o Merrill Lynch, um dos principais bancos de investimento, concorda em ser comprado pelo Bank of America por US\$ 50 bilhões para evitar prejuízos maiores.

16 de setembro

O Federal Reserve anuncia um pacote de socorro de US\$ 85 bilhões para tentar evitar a falência da seguradora AIG, a maior do país. Em

retorno, o governo assumirá o controle de quase 80% das ações da empresa e o gerenciamento dos negócios. Lehman Brothers fecha acordo para vender partes de suas operações ao britânico Barclays.

17 de setembro

A imprensa noticia que o Washington Mutual (WaMu), financiador de hipotecas e maior instituição de poupança dos Estados Unidos, colocou-se em leilão como forma de ampliar os esforços para se salvar, em meio aos graves problemas financeiros que atravessa.

23 de setembro

O japonês Nomura Holdings chega a acordo para comprar por US\$ 225 milhões a filial do Lehman Brothers na Ásia-Pacífico.

25 de setembro

O Washington Mutual é fechado pelas agências reguladoras e vendido a seu rival Citigroup.

28 de setembro

A crise se alastra pelo setor bancário europeu com a nacionalização parcial do grupo belga Fortis, para garantir sua sobrevivência. Autoridades de Holanda, Bélgica e Luxemburgo aceitam investir 11,2 bilhões de euros na operação. Nos Estados Unidos, legisladores anunciam que chegaram a acordo bipartidário para aprovação do pacote de US\$ 700 bilhões para salvar instituições financeiras afetadas pela crise.

29 de setembro

A Câmara dos Representantes (deputados) dos Estados Unidos rejeita o pacote de US\$ 700 bilhões. Os legisladores retomam negociações para nova votação. O Wachovia, quarto maior banco americano, é

comprado pelo Citigroup com apoio das autoridades americanas, absorvendo até US\$ 42 bilhões dos prejuízos. Na Grã-Bretanha, o governo confirma a nacionalização do banco de hipotecas Bradford & Bingley, assumindo o controle de financiamentos e empréstimos no valor de 50 bilhões de libras (cerca de R\$ 171 bilhões), enquanto suas operações de poupança e agências são vendidas ao Santander, da Espanha.

Foto: Evan Vucci/AP



A REAÇÃO DO ESTADO

Entre março, que se inicia com a quebra do Bear Stearns, e outubro de 2008 o governo dos EUA desembolsou a fundo perdido 2 trilhões de dólares para salvar bancos, financiadoras e seguradoras contaminados

pelos subprimes. Estes ativos tóxicos “venceram” antecipadamente em 2008 e consumiram US\$ 1,4 trilhão, porém seu total podre chegou a inacreditáveis 12,3 trilhões de dólares, cerca de 89% do PIB dos Estados Unidos.

O Fed informou recentemente que resgatou nos últimos três anos 5 trilhões de dólares em títulos podres de bancos e empresas – praticamente estatizou, ou tutelou, o sistema bancário dos EUA e algumas empresas privadas simbólicas, como a GM. Destas emissões gigantescas sobrou um estoque de cerca de 1,7 trilhão de dólares em títulos americanos, não mais “tóxicos”, além de uma emissão pura de bônus de 900 bilhões, totalizando US\$ 2,9 trilhões.

Corretamente, o companheiro Sergio Rauber complementou artigo que escrevi no blog com uma questão central:

“A manobra macroeconômica depende muito do sucesso na tarefa de enxugar a nova liquidez e, se o alvo são os BRICS, ainda não está claro quais serão as manobras dos emergentes frente ao *desafio* proposto. O bloco pode surpreender”.

A saída ou o financiamento do novo ciclo da economia dos EUA passa, como aponta Sergio, pelo enxugamento da nova liquidez. Em apenas um dia a Petrobras captou 7 bilhões de dólares. Como bem observou o jornalista Celso Ming, do *Estadão*, é o efeito da farta oferta de dólares. É óbvio que ele não vai ligar esse caso às tendências que nos interessam, mas nos dá a fonte:

“(…) o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) faz de tudo para garantir farta liquidez. Seu presidente, Ben Bernanke, acaba de avisar não só que os juros básicos seguirão perto de zero ao menos até o fim de 2014, mas que pode colocar

em marcha nova operação de recompra de títulos do Tesouro americano (afrouxamento quantitativo) – o que implicaria novas emissões de moeda”.

Diz Celso Ming sobre o Brasil, parte dos BRICS e o grande fluxo de capital:

“Essa atuação dos grandes bancos centrais, que restabeleceu no mercado financeiro internacional o apetite por aplicações de risco, é a principal explicação para o grande afluxo de moeda estrangeira ao mercado de câmbio do Brasil. Mas não é a única. Contribui para isso o aumento da percepção de que, comparada com as demais, a economia brasileira vem tendo bom desempenho. Não é nada, exibiu em 2011 crescimento das exportações de nada menos que 26,8%, num ambiente paralisado pela crise; avanço do PIB de cerca de 2,7% (os números finais não estão disponíveis); e situação de pleno emprego como nunca se viu por aqui. Portanto, a baixa do dólar no câmbio interno não é provocada por especuladores que trazem moeda estrangeira para tirar proveito dos juros bem mais baixos – como muita gente ainda pensa”.



Puerta del Sol, Madri, Espanha

A CRISE APORTA NA EUROPA

“Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se numa Santa Aliança para conjurá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais da França e os policiais da Alemanha.”

(Marx-Engels, Manifesto do Partido Comunista, 1848)

O epicentro do abalo financeiro deu-se nos Estados Unidos, o coração

do capital, mas espalhou seu mal e seus problemas pela economia mundial, particularmente no pós-queda do “Muro de Wall Street” (15 de setembro de 2008). Na Europa, a forma do abalo foi o imenso endividamento público das economias do globo, particularmente as dos países mais pobres. A diferença é que os europeus não tinham a mesma capacidade de se refinar. Segundo matéria do caderno de Economia do *Estadão* (24/4/2011), “a dívida de um punhado de países ricos aumentou em US\$ 16 trilhões (mais que o PIB americano) desde 2007, e atinge hoje US\$ 42 trilhões, ou 61% do PIB global, representando uma das principais ameaças à recuperação da economia mundial”. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), a dívida bruta do governo americano saltou de 62% do PIB em 2007 para projetados 99,5% em 2011 (e deve chegar a 112% em 2016). “Hoje, a dívida está entre US\$ 14 trilhões e US\$ 15 trilhões.”

A crise foi exportada para o outro centro do capital, a Europa, especialmente para a Zona do Euro e mais particularmente para a Alemanha. O país parecia estar se livrando dos efeitos da crise, mas esta era uma falsa ideia. A crise se dá precisamente lá: se a Alemanha cresce mais enquanto os países secundários caem desesperadamente, a meu ver mais ela fica encurralada. Todos os seus mercados cativos caíram. Em menos de 10 anos, o superávit comercial alemão ultrapassou 1 trilhão de euros, mas com a queda dos EUA os mesmos sintomas de superprodução abalaram a Zona do Euro. Com um agravante maior: não há centralidade política ou fiscal, apenas um amplo acordo de moeda única e “livre comércio” que deve ser lido como “da Alemanha para os demais”.

Os países mais pobres, de baixo PIB, como Irlanda, Portugal e Grécia, que juntos não chegam a 4% da economia do euro, mesmo causando certo estrago não abalariam a Europa como um todo. Mas a

questão não se restringiu a eles, o efeito em cadeia levou ao solo a Espanha e ameaça também derrubar de vez a Itália, economia de alto porte: ambos representam mais de 25% do PIB da União Europeia. A Alemanha e seu sócio menor, a França, dirigem os rumos da crise, com desequilíbrio violento na lógica de funcionamento da Zona do Euro. Os países se tornaram completamente dependentes da Alemanha, de sua poderosa indústria e de seus bancos, em parte também da França. Os banqueiros dos dois países são credores majoritários das dívidas de Espanha e Itália, assim como eram de Irlanda, Portugal e Grécia. Os empréstimos dados a estes países na verdade servem apenas para garantir os créditos de Alemanha e França.

Martin Wolf, principal editor do *Financial Times*, escreveu o provocante artigo “Opções inaceitáveis na Zona do Euro” em que, logo na primeira frase, diz: “A zona do euro, como foi concebida, fracassou”. E sintetiza num parágrafo a concepção central do euro:

“Supostamente, a zona do euro deveria ser uma versão atualizada do padrão-ouro clássico. Países com déficit externo recebem financiamento privado do exterior. Se esses financiamentos secam, a atividade econômica diminui. O desemprego, então, provoca queda dos salários e preços, causando ‘desvalorização interna’. No longo prazo, isso deveria proporcionar saldos financiáveis nos pagamentos ao exterior e nas contas fiscais, embora somente depois de muitos anos de sofrimento. Na zona do euro, porém, grande parte desse financiamento flui por meio de bancos. Quando a crise vem, os setores bancários famintos por liquidez começam a entrar em colapso. Governos sujeitos a restrições de crédito pouco, quase nada, podem fazer para impedir que isso aconteça. Esse, então, é um padrão-ouro mantido por esteroides

injetados no setor financeiro”.

ECONOMIAS FALIDAS

O reflexo deste imenso endividamento é a degola das economias mais periféricas, como Grécia, Portugal, Irlanda e, mais recentemente, Espanha. Estes países, que receberam grande inversão de capitais para se adequar à Zona do Euro, hoje estão totalmente insolventes, tecnicamente falidos, vivendo da esperança de aporte da Alemanha e do FMI. As imensas subvenções europeias ao sistema financeiro fizeram saltar o déficit público de 3,3% em 2007 para 6% em 2009 e 2010; cortes orçamentários em 2011 reduziram esse percentual para 4,4%, sobrando assim pouco alento para a salvação destes países, que irremediavelmente sofrem todas as consequências do desastre econômico. A Espanha sozinha tem mais de 25% da população economicamente ativa desempregada. Portugal enfrenta crise de governabilidade.

Esta realidade catastrófica foi exposta em momento de aparente calma. Depois do colapso profundo de 2008 e 2009, 2010 manteve-se numa zona de baixa turbulência até o começo da queda em sequência de Irlanda, Portugal, Grécia e Espanha.

O NOVO CICLO DO CAPITAL

A reação à crise veio em 2008/2009 com o Estado: Federal Reserve e Banco Central Europeu salvaram a economia do caos. Um novo ciclo se abria ali. Percebemos de forma ainda dessincronizada, com a Europa em queda, este novo momento. É consistente? Qual a duração deste novo ciclo? Algumas conclusões:

- O patamar de partida, pelo menos dos EUA, são os preços de 2005, em função do que concluímos: a queima de forças produtivas foi de cerca de 1/3 da economia. Voltamos ao jogo com 9,1% de desemprego (número máximo) nos EUA e salários achatados em mais de 25%. É daqui que se parte;
- A Europa, exceto a Alemanha e em função dela, passa por profundo ajuste, uma queda real, que deve ser similar à que aconteceu nos EUA – alguns países apresentando até maior queima de forças produtivas, já que viviam em padrão econômico irreal, sustentado por moeda forte;
- Os BRICS são a novidade deste novo ciclo, mas algumas preocupações graves se apresentam: o capital que anima a economia do Brasil, por exemplo, é o mesmo que suga as taxas de lucro locais, com empresas estrangeiras mandando divisas para as matrizes, uma espécie de “swap” destes dólares que entram.

PARTE II

Alemanha, centro do poder na UE

Foto: Bundesregierung/Bergmann



“Com que poder subjuga os elementos? Não será co’a harmonia entre ele e o mundo? Ele a absorver do mundo as maravilhas, e a expandi-las depois com brilhos novos?”

(Goethe, Fausto, 1808)

Um pequeno recuo histórico nos dá a ideia global de como começa o poder da Alemanha e por que domina a Europa. Por uma questão de metodologia nos concentramos especificamente nos dois últimos governos alemães, pois é neles que se dá o salto histórico. Algumas pistas sobre como o país chegou aqui estão em particular nos textos do blog sobre as reformas de Gerhard Schröder.

A Alemanha vinha de uma custosa reunificação. Mesmo sendo a principal economia europeia, a realidade mudara muito: o Estado estava imensamente endividado porque fora preciso estender à parte oriental o padrão de vida ocidental. Este era o maior desafio. Quando a direita perdeu a eleição para Gerhard Schröder e este levou o SPD, o partido socialdemocrata, a praticar duríssima política neoliberal, quadros históricos se afastaram.

As reformas de Schröder se deram em momento muito particular da Alemanha, com ampla ajuda dos futuros parceiros da Zona do Euro, que fizeram vistas grossas ao déficit produzido pela custosa reunificação. O governo do SPD seguiu o receituário básico das políticas conservadoras: reforma da previdência, flexibilização dos contratos de trabalho, privatizações. A destruição do Estado de Bem-Estar Social pela chamada “Agenda 2010” de Schröder mudou radicalmente as relações de trabalho na Alemanha. Na nova economia, baseada em forte incremento da tecnologia, a mão de obra especializada agora era também “barata”. A resposta das urnas foi sua derrota para uma pouco expressiva Angela Merkel.

Merkel, oriunda da antiga Alemanha Oriental, levada ao governo por Helmut Kohl ainda nos anos 90, rapidamente cresceu na direita alemã, abalada pelos escândalos de corrupção em torno do velho primeiro-ministro. Por sete anos ela se manteve na oposição, até derrotar Gerhard Schröder. Combinando força externa e habilidade

interna, Frau Merkel galvanizou as forças da Alemanha e se impôs na Zona do Euro. Os custos sociais são altos, a Alemanha tem seu menor desemprego, mas também convive com o subemprego, imensa precarização que atinge 9 milhões de trabalhadores. Excelente reportagem do site Euronews (“O ‘milagre’ alemão não é para todos”) dá conta desta contradição alemã. O “milagre” tem custo gigantesco para os trabalhadores, com redução de salários e emprego precário – traços cinicamente desprezados pelo ministro alemão do Trabalho.

A MUSCULATURA ALEMÃ

Preparada e armada fortemente, aproveitando as condições da nova moeda única, a Alemanha mostra números fortes, um contraponto aos decadentes italianos ou espanhóis: o superávit do país equivale ao déficit dos demais, ou seja, a transferência de riqueza e acumulação se dá na mesma proporção, dado visível a olho nu. Quanto mais a Alemanha cresce, mais Itália, Espanha, Grécia ou Portugal caem. A França está no meio do caminho, ou no centro do “cabo de força”.

A Alemanha aprofundou rapidamente o fosso que a separa dos parceiros do sul, aumentando gravemente a distância entre as economias da região, principalmente nos últimos três anos: “Não são apenas trabalhadores que desembarcam na Alemanha por conta da crise em seus países de origem. Nos últimos dois anos, o mercado alemão atraiu bilhões de euros. Temendo uma quebra de bancos ou mesmo a saída da Grécia da zona do euro, os investidores optaram por levar seu dinheiro para o local mais seguro da Europa. Empresários e banqueiros alemães comemoram. Desde 2009, *1 trilhão de euros saíram dos bancos dos países do sul da Europa*, seja por conta de correntistas em busca de um local seguro para suas economias ou por conta de

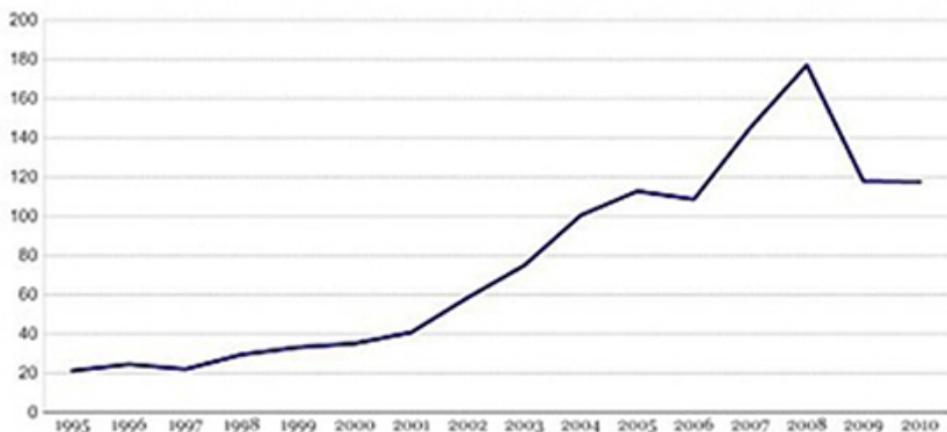
investidores que buscavam novas oportunidades”.(*Estadão*, maio de 2012)

Apenas em 2011, em plena crise que explodiu a Zona do Euro, o tesouro alemão “economizou” 20 bilhões de euros em transações de títulos. Mesmo no pior momento, em novembro daquele ano, por exemplo, os títulos de Itália e Espanha bateram 7% de prêmio – os da Alemanha não chegaram aos 2%. É uma realidade crua demais, que o Dow Jones assim avaliava: “A lista de ativos considerados seguros está encolhendo e os investidores estão tão nervosos com a perda potencial de capital que estão dispostos a *pagar* uma taxa de juro apenas para proteger seus recursos nos poucos ativos ainda percebidos como seguros, como os *bunds* do Tesouro alemão”.

A TRANSFUSÃO DE SANGUE

Da entrada em circulação do euro, em 1999, até 2010 a Alemanha teve um superávit comercial de 1 trilhão de euros com seus parceiros de Mercado Comum, como observou Sílvio Guedes, de *O Estado de São Paulo* (16/5/2012): “O número indica que a nação germânica foi a mais beneficiada pela moeda comum no comércio exterior, em valores absolutos. Em 1998, quando os alemães ainda usavam o marco, seu superávit comercial junto às nações que mais tarde adotariam o euro era de apenas US\$ 29 bilhões. Em 2008, já com a divisa comum, o saldo atingiu US\$ 177 bilhões, número sete vezes maior. O valor caiu a partir de 2009 por causa da crise originada nos Estados Unidos, mas ainda assim permaneceu bem acima do nível verificado nos tempos do marco, como mostra o gráfico abaixo”.

Superávit comercial da Alemanha com a zona do euro (Em US\$ Bilhões)



OCDE/Estadão

Analisando os números do PIB da Zona do Euro concluí que a lógica é perversa e simples: a quebradeira geral alimenta os músculos da economia alemã, uma *transusão de sangue ao contrário, dos corpos doentes para o corpo forte*. A exigência de mais sacrifícios está em linha com a política da Alemanha: quanto maior a austeridade, mais sobra dinheiro para as exportações e para que os bancos alemães recebam mais capitais.

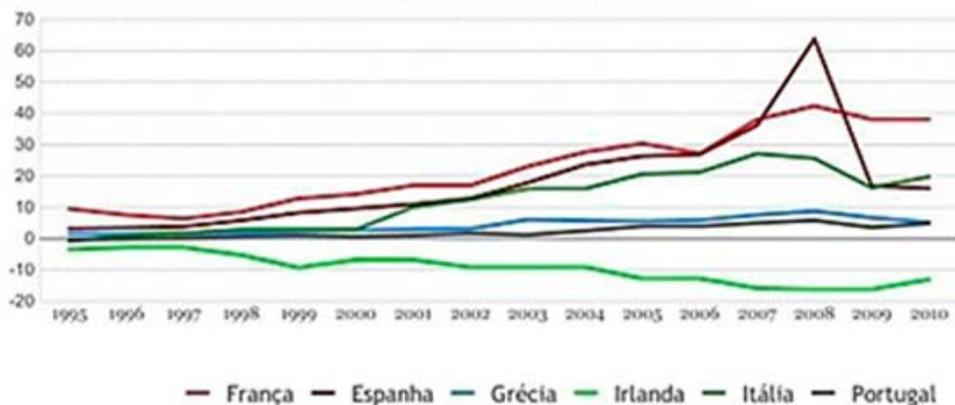
O gráfico anterior, da OCDE, dá a exata medida de como funcionou o comércio na Zona do Euro – em vez de solidariedade, o que se tem é concentração. Mas é preciso entender a lógica interna destes números: os bancos da Alemanha emprestaram fortemente aos países europeus, agora muito endividados; com este dinheiro vão às compras na Alemanha. O que Merkel hoje clama sobre não emprestar para não financiar “consumo” é exatamente o que sempre fez: o crescimento alemão em detrimento dos demais.

Aqui nos ajuda, novamente, Sílvio Guedes: “Não por mera

coincidência, a escalada das exportações alemãs ocorreu principalmente em cima de países que mais tarde se tornaram o foco da crise europeia. De 1998 a 2008, o superávit comercial da Alemanha com a Espanha aumentou 11 vezes; com a Itália, 8,6 vezes; com Portugal, 7 vezes; com a Grécia, 3,5. Somente em cima da Espanha, a Alemanha ganhou US\$ 270 bilhões no comércio de bens de 1999 a 2010. Sobre a França, os alemães acumularam um saldo de US\$ 328 bilhões. (No entanto, os franceses são a segunda maior economia da zona do euro e por isso não sentiram tanto essa perda.) Abaixo, quanto a Alemanha ganhou em superávit comercial com outros países da zona do euro, de 1999 a 2010”.

A escalada alemã

Saldo comercial da Alemanha antes os demais países da zona do euro (Em US\$ Bilhões)



OCDE/Estadão

Vejamos que a lógica se completa: com os empréstimos abundantes, a juros baixos, os países gastavam por conta, principalmente na Alemanha, que saía do buraco provocado pela fusão

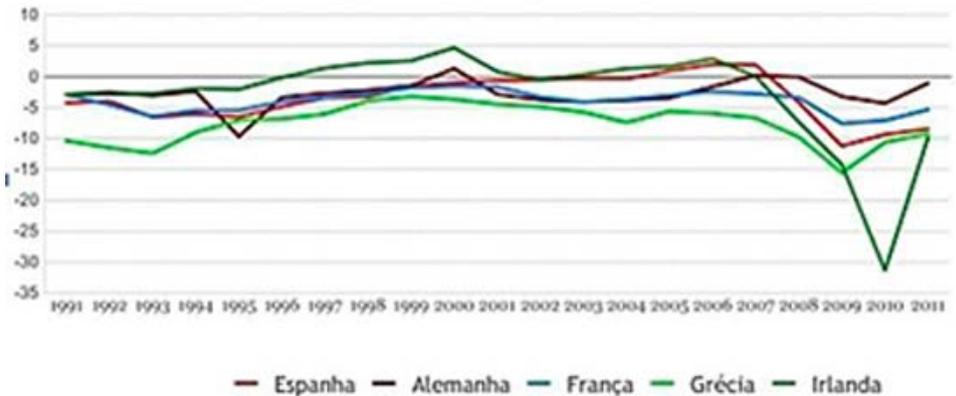
com o lado oriental, que a fez gastar 1,3 trilhão de euros. Mas ganhou 40% de território e uma população instruída de 16 milhões de pessoas, um grande “negócio”. Sílvio ainda observou o fundamento da lógica alemã: “Não é à toa, portanto, que a Alemanha não defendeu, até agora, a saída de nenhum país da zona do euro. Isso só ocorrerá se a situação ficar insustentável, ou seja, se o país achar que o que ele ganha no comércio exterior não compensa o que perde no caso de ser contaminado por uma crise financeira originada nos seus vizinhos”.

AUSTERIDADE X CRESCIMENTO?

A relação Dívida vs PIB, tantas vezes analisada no blog, é representada neste gráfico do comportamento dos países desde a introdução do euro, como refletia Silvio Guedes: “Os dados mostram por que a austeridade fiscal, sozinha, não salva nenhum país da crise do euro. A Espanha, por exemplo, mantinha suas contas públicas em ordem desde a criação da moeda europeia. Na verdade, a partir de 2002 tornou-se mais prudente até do que a Alemanha. Foi somente em 2008, após a crise dos Estados Unidos, que a Espanha descambou”.

Austeridade fiscal

Diferença entre receitas e despesas dos governos, em porcentagem do PIB. Fonte: FMI



FMI/Estadão

Percebe-se que o caminho de cada país e suas relações comerciais com a poderosa Alemanha estão ligados diretamente aos déficits de cada um deles; a relação é extremamente desequilibrada, e mais ainda, como se verá no gráfico a seguir: o saldo/déficit em contas correntes entre as economias. Isso prova definitivamente que a Alemanha funciona como um sugador brutal das demais economias. Diante do risco de calote, ela impõe medidas de austeridade aos Estados para que paguem suas dívidas – que, por mera coincidência, são com os bancos alemães em primeiro lugar.

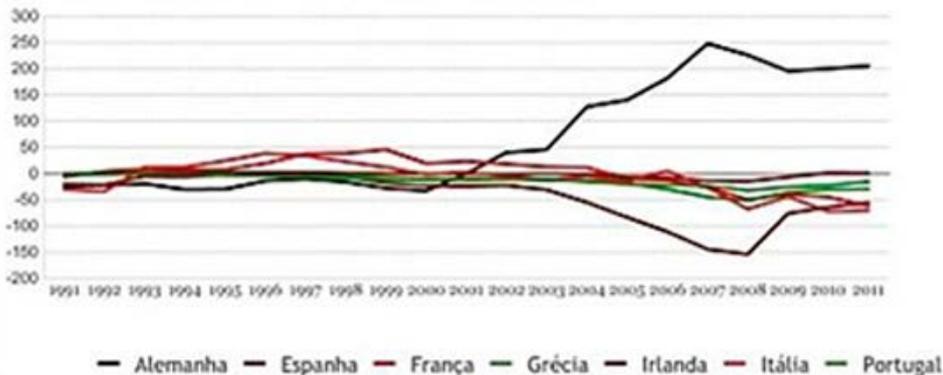
CAPITAL INCREMENTA CAPITAL

O poderio alemão foi amplamente reforçado com a adoção do euro. Os países, sem moedas próprias, não puderam mais desvalorizá-las quando em crise; o resultado: viver sob a égide de uma potência com alta produtividade, capacidade econômica e poder de atração de novos

capitais, canalizando assim todos os principais recursos para Alemanha. O gráfico aponta exatamente isto:

Ímã de dinheiro

Saldo em conta corrente de países seleccionados, em US\$ bilhões Fonte: FMI



FMI/Estadão

Analisava Sílvio Guedes: “(...)a criação da zona do euro colocou na mesma arena economias completamente desiguais. Enquanto existiam moedas diferentes, a taxa de câmbio ajudava os mais fracos a manter algum grau de competitividade. Quando a Espanha começava a importar muito da Alemanha, a peseta se desvalorizava em relação ao marco. Com isso, os produtos alemães ficavam mais caros para os consumidores espanhóis, de modo que estes passavam a importar menos. Com o euro, no entanto, os espanhóis, entre outros europeus da periferia, continuavam com poder de compra alto mesmo enquanto sua indústria perdia espaço para as empresas alemãs. Tanto as empresas como os consumidores de países periféricos conseguiam tomar dinheiro emprestado facilmente no mercado, com as taxas relativamente baixas determinadas pelo Banco Central Europeu. Isso mantinha a produção e

o consumo em um ritmo razoável, sustentando o Produto Interno Bruto”.

Enquanto havia dinheiro a rodo tudo ia bem, sem preocupações. Quando chegou 2008, as torneiras se fecharam e a “maionese desandou”. Os países mais endividados se afundaram, não perceberam o tamanho do abismo: “Mas quando os bancos pararam de emprestar, as companhias ficaram com dificuldade para rolar a dívida. Ainda, o financiamento imobiliário caiu, derrubando os preços dos imóveis e revelando o estouro de uma bolha. O governo espanhol, até então disciplinado e austero, teve que escolher entre deixar o mercado se equilibrar por si só – com todas as consequências sociais previsíveis e imprevisíveis – ou abrir os cofres públicos. Optou por injetar 146 bilhões de euros no mercado financeiro, arcar com o aumento de gastos sociais – por exemplo, para suprir o aumento da demanda por auxílio-desemprego – e ainda lançar pacotes para estimular a economia. Com isso, o governo da Espanha, que em 2007 gastava menos do que arrecadava, em 2009 desembolsou 117 bilhões de euros a mais do que arrecadou. Isso fez as contas públicas do país piorarem, gerando medo, nos mercados, de um calote na dívida do Estado. A consequência é que os investidores passaram a cobrar juros mais altos para emprestar à Espanha, tornado ainda mais difícil, para o país, rolar sua dívida”.

IMPOSIÇÕES À UE

A política restritiva da Alemanha está em linha com suas perspectivas, mas frontalmente contra os demais países. Dificilmente se terá uma saída razoável, em que a Alemanha abra mão deste poder coercitivo. Os números demonstram o quanto ela lucrou, o quanto foi beneficiária de todo o *boom*, por que agora quereria dividir o bolo? Ao contrário,

quer retirar mais e mais dos países francamente deparados. Pode haver solução pacífica diante de tanta imposição e arrogância?

Sim, é um círculo vicioso, quanto mais crise nos outros países, mais a Alemanha se beneficia. O desemprego na Europa ultrapassou 12%, enquanto na Alemanha gira em torno de 7%. Uma comparação: para 82 milhões de alemães há três milhões de desempregados; para 45 milhões de espanhóis há 4,5 milhões de desempregados. Potencialmente catastrófico.

Na Espanha há grandes protestos contra o desemprego, enquanto a Alemanha assiste a uma crescente entrada de jovens qualificados vindos do sul – o que azeita mais ainda sua sofisticada economia. Houve aumento em 84% de gregos pedindo visto de trabalho no primeiro semestre de 2011; a entrada de estrangeiros chegou a 435 mil, 19% a mais que no ano anterior. A atração é irresistível: solidez econômica, emprego e oportunidade. Para as empresas, mão de obra qualificada e salário menor.

A própria crise do euro, com a perda do “valor” da moeda, ajuda as empresas alemãs a exportarem para o mundo, apesar da queda nas exportações internas na Europa que, entretanto, ainda representam 40% do total. Para outros países os produtos da Alemanha estão mais baratos, favorecendo sua grande balança comercial e seu comércio mundial. As exportações cresceram impressionantes 83% apenas em 2011.

A agência Dow Jones informava em 2012 que o Produto Interno Bruto (PIB) da maior economia da Zona do Euro aumentou 3,0% em 2011. “O ritmo da expansão deverá, no entanto, se desacelerar neste 2012, à medida que a demanda global diminuir e os planos de austeridade induzidos pela crise afetarem boa parte da Europa”. Em dezembro (2011) o Bundesbank (o banco central alemão) afirmou

esperar que o crescimento econômico alemão se desacelere para 0,6% em 2012), assumindo que não haja um maior aprofundamento da crise de dívida soberana europeia. As contas, porém, se equilibraram enormemente: “O déficit no orçamento do setor público da Alemanha diminuiu para 1,0% do PIB em 2011, em comparação com 4,3% em 2010, ficando dentro do limite da União Europeia, que é de 3%”.

Não resta dúvida sobre quem é quem na Europa neste novo desenho da economia mundial: a Alemanha se desloca da Europa, ou melhor, a Europa se submete ao poder germânico, isso parece inexorável. Em artigo na *Der Spiegel*, “Crise na Europa, a bênção da Alemanha” (janeiro/2012), Stefan Schultz dizia que a “Zona do euro se afastará mais e mais. Itália e Espanha pagaram juros altos por seus empréstimos para continuar a reembolsar os investidores. O mesmo com exportação e mercado de trabalho, e a síntese é: muitos países da UE sofrem, a Alemanha se beneficia”.

Os investidores não são “bonzinhos”; a aposta na Alemanha vem da certeza de que ela usará sua força política e econômica para que os outros países paguem as dívidas ou se submetam aos ditames dos “mercados”. Essa perversa situação reflete uma questão pouco explorada, os limites do próprio euro. Voltemos ao articulista da *Spiegel*. “Muitos países da UE sofrem, os benefícios são da Alemanha – esta é atualmente uma regra da crise euro. Parece cínico, mas é verdade: enquanto a crise reduz o crescimento econômico alemão, há também uma série de mecanismos de crise pelos quais a Alemanha ganha à custa de outros. Enquanto houver na zona do euro um grande crash, este mecanismo mitiga os efeitos da crise na própria Alemanha”.

Temos então uma contradição no poderio alemão. O poder de atração de capitais, mas também os limites do próprio euro – o risco de uma crise bancária generalizada, que pegaria os bancos alemães em

cheio, visto que eles, com os da França, foram os grandes financiadores da expansão da moeda única. Com a crise e uma grande inadimplência, os pagamentos das dívidas secaram. Apenas na Grécia os bancos franceses podem perder 50 bilhões de euros e os alemães, quase 60 bilhões (total da dívida pública e privada). Os bancos dos dois países detinham 66% das dívidas gregas.

Por seu poder de atração, no fim do ano passado a Alemanha já emitia títulos da dívida com juros negativos, descontada a inflação, com validade de um ano. Dizia o *Financial Times*, em julho de 2012: “O rendimento dos títulos da Alemanha de dois anos tornou-se negativo pela primeira vez, e os custos de Berlim de empréstimos de 30 anos caíram abaixo dos do Japão; os investidores buscaram refúgio em ativos mais seguros da Europa, com a preocupação de que os políticos foram incapazes de conter a crise da dívida na região”.

Silvio Guerra Crespo, no *Estadão*, informava logo depois (agosto/2012): “Os investidores aceitam comprar títulos alemães mesmo sabendo que vão perder poder de compra porque temem que, em outros países, o prejuízo seja maior. Ao mesmo tempo em que os papéis alemães reduzem os juros, aqueles emitidos por nações da chamada periferia europeia aumentam. A situação se agravou recentemente porque o banco espanhol Bankia, terceiro maior de seu país, anunciou que precisará de uma ajuda pública de 19 bilhões de euros, mas o fundo do governo que poderia resgatá-lo tem apenas 9 bilhões”.

Por outro lado, o governo alemão sabe que a antiga lógica de exportação de capitais consistia numa equação simples: 1) Governo faz acordo comercial com a Grécia, por exemplo, em telecomunicações; 2) A Siemens, empresa alemã, oferta os produtos daquele acordo; 3) Um banco alemão “financia” a venda. Em tese o dinheiro nem sai do país,

mas a remuneração aos empréstimos e o pagamento ficam por conta do governo e/ou empresa da Grécia que adquiriu os produtos. A Alemanha ganha nas duas pontas. O problema é que, com a crise, a inadimplência começa a quebrar o “negócio”.

Celso Ming comentou a situação, falando da crise geral dos bancos na Europa: “O mais urgente é tomar decisões que garantam a sustentação do sistema financeiro. Se um único grande banco afundar, será muito difícil evitar a desestruturação desordenada de toda a área do euro. Foi esse quadro que levou o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, a advertir que a estrutura do euro está ficando insustentável. Essa é, por si só, uma declaração grave demais, feita pelo principal guardião da moeda. E ele fez também a mais contundente crítica à letargia das autoridades do euro desde sua posse em novembro. Afirmou que as meias medidas e os adiamentos sucessivos de decisões por parte dos chefes de governo vêm agravando a situação”.

Os bancos alemães “rejeitaram todas as propostas na direção de uma centralização da atividade financeira e da criação de esquemas conjuntos de garantias bancárias, destinadas a evitar a corrida aos depósitos e o colapso do sistema financeiro da área. Mas parece inevitável que sejam tomadas atitudes que acelerem a recapitalização dos bancos mais expostos, que protejam os correntistas e que garantam supervisão bancária centralizada que se sobreponha à dos organismos nacionais encarregados dessa função”.

Por fim, um momento de humor: o coração liberal de Ming fala mais alto e ele deixa escorrer uma lágrima: “*Os bancos são instituições frágeis.* (grifo nosso) Tomam emprestado a curto prazo e reemprestam os mesmos recursos a longo prazo. Uma forte anomalia, como a quebra de um elo do sistema, pode provocar uma catástrofe. Se esse início de

corrida aos bancos não for imediatamente estancado, pouco adiantarão providências destinadas somente a tirar a economia da recessão”.

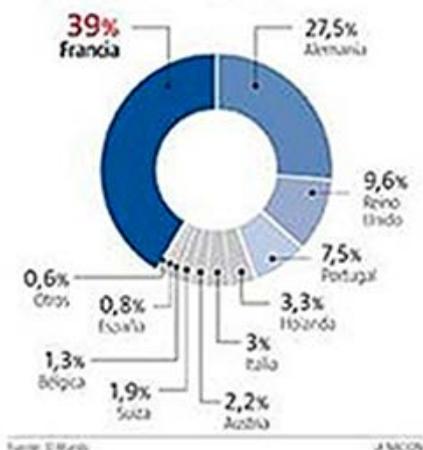
CRISE DAS DÍVIDAS, A TRAVA

A força da Alemanha encontrou seu limite na crise bancária, consequência da crise das dívidas soberanas impagáveis, Os números das dívidas grega e espanhola com os bancos, especialmente alemães e franceses, comprovam como funcionou o modo de agir das maiores economias e por que seus dirigentes não querem a ruptura da Zona do Euro – nem da Grécia e muito menos da Espanha. Seria um tiro no pé, pois a banca dos dois países tem muito a receber, em particular destes devedores.

É como diz Paul Krugman, citando George Soros: “A argumentação dele (Soros) a respeito da bolha do euro é particularmente sólida. Eu explicaria o fenômeno nos seguintes termos: por acaso, o euro foi criado num momento em que a economia alemã estava estagnada. Então, o euro fez com que os investidores acreditassem que o sul da Europa era seguro, provocando uma imensa queda nos juros alemães. Isto acabou levando à entrada de um imenso volume de capital; o lado positivo desta entrada foram grandes déficits comerciais, cujos equivalentes eram grandes superávits alemães – exatamente aquilo que a Alemanha precisava. Todos ficaram felizes! Durante alguns anos. Então, a bolha estourou, levando à crise que vemos hoje”. (Paul Krugman, “Soros sobre o euro”, 5/6/2012).

La deuda griega

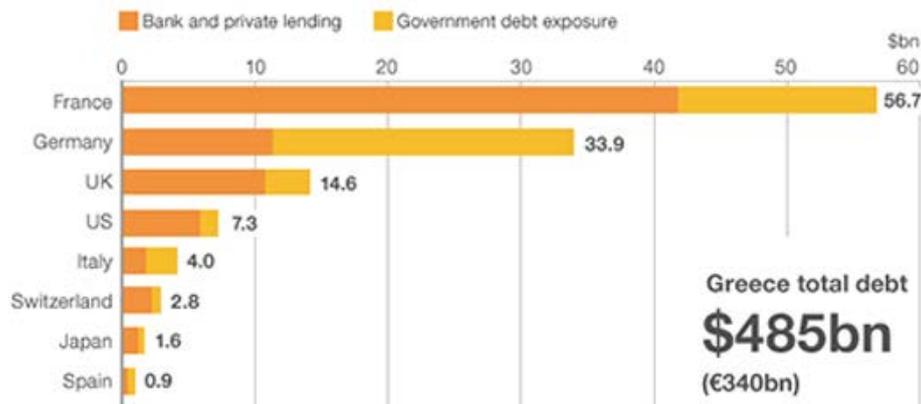
La exposición de los bancos, por país



Exposição dos bancos alemães e franceses na Grécia (La Nación, set/2011)

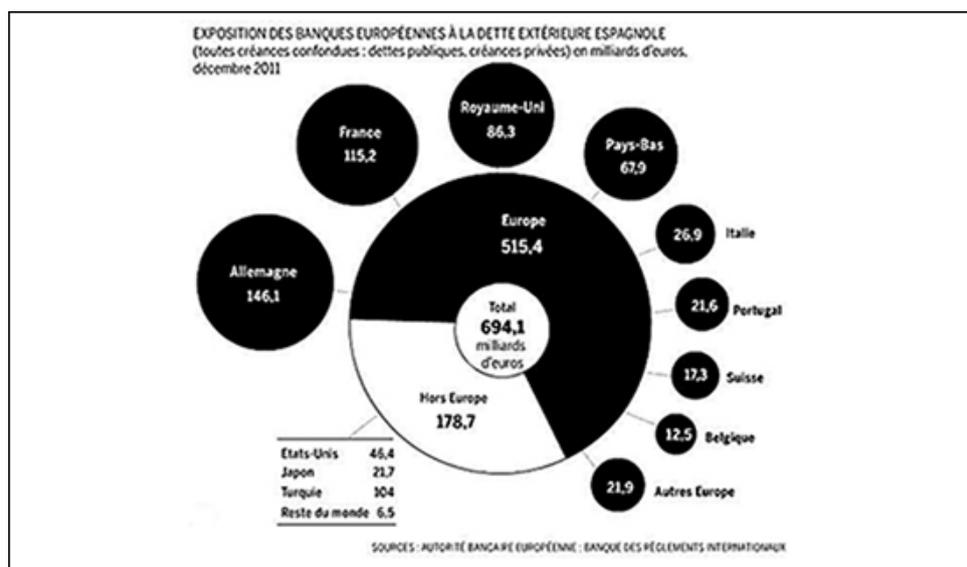
Nada mais, nada menos que 66,5% da dívida grega são com bancos alemães e franceses. Daí a pressão para que a Grécia faça seu ajuste e aplique o plano de austeridade. Neste gráfico, a soma de dívidas públicas/privadas da Grécia e seus credores:

Countries most exposed to Greek debt



Source: BIS Quarterly Review

Os números da dívida espanhola, segundo o jornal *Le Monde*, reproduzidos no Radar Econômico do *Estadão*:



A dívida espanhola (Le Monde)

A dívida é distribuída, mas os bancos alemães perdem 3,5 vezes a mais na Grécia, e um calote elevaria as perdas a quase 150 bilhões de euros – lembrando que aqui se trata apenas da dívida pública. Quando somados os números da dívida privada, o rombo mais do que dobra.

O editor do Radar Econômico, Silvio Guedes Crespo, apresentou em outubro de 2012 observações similares às que venho fazendo há tempos no blog, e ganham mais força por se tratar de um jornal ligado ao capital, comprometido em defender o sistema. Mas os movimentos do capital são inegáveis:

“Os números mostram como a crise da dita periferia europeia na verdade está diretamente relacionada às maiores economias da região. A indústria da Alemanha se beneficiou enormemente com a criação do euro, que facilitou as exportações do país para os demais membros da região. Ainda, os bancos alemães aumentaram sua presença em países como a Espanha, onde se formou uma bolha imobiliária cujas consequências agora ameaçam toda a Europa. Números como esses mostram que o euro criou uma relação de interdependência na região de tal forma que os países beneficiados pela moeda única não podem ignorar os problemas daqueles que estão se dando mal. Apesar de às vezes parecer que o euro pode ruir – quando, por exemplo, se especula sobre a saída da Grécia da eurozona – outros fatos mostram ser provável uma união maior entre os países, sob pena de serem puxados para o buraco junto com a periferia”.

A ECONOMIA ALEMÃ DÁ UMA PARADA

De tanto forçar a barra, punindo de forma impiedosa seus parceiros da UE, a Alemanha começou a pagar o preço da política recessiva que impôs via Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). Os números dos últimos trimestres de 2012 e a perspectiva do próximo (neste 2013) já mostram que a poderosa máquina vem trabalhando em ritmo lento. De pouco valeram os alertas para os limites da política de austeridade, que poderia voltar feito bumerangue: não há como escapar de seus efeitos negativos.

É plena de irracionalidade uma política que privilegia imensos superávits comerciais e da balança de pagamentos – o tamanho do déficit do sul europeu equivalia em exatidão aos gordos lucros alemães. A Espanha sozinha tem déficit de balança com a Alemanha em mais de 300 bilhões desde o lançamento do euro. Somados todos os países da UE, esta riqueza alemã supera 1 trilhão de euros. Mas, encobrimdo a realidade, prefere acreditar no mito de que a Alemanha fez seu ajuste, seus sacrifícios. Estes esforços só obtiveram sucesso devido ao grande desequilíbrio comercial dentro da UE.

Segundo Jamil Chade, excelente correspondente do *Estadão* em Zurique, em texto de outubro 2012, a máquina começou a parar, sim: “A crise dá claros sinais de contaminar a Alemanha da chanceler Angela Merkel, já fazendo a Europa registrar a maior retração de sua atividade industrial desde o auge da crise, em 2009. A publicação de estatísticas nesta quarta-feira por diferentes institutos europeus indicou que a recessão na zona do euro no final de 2012 pode estar se aprofundando e que uma recuperação esperada para 2013 poderia levar ainda mais tempo para ocorrer. No último trimestre do ano, a projeção é de uma contração do PIB europeu de mais de 0,5%”.

O que deixa em pânico o restante da UE e vira centro dos debates entre os economistas: “Grande preocupação se refere à Alemanha e às

indicações de que o país poderia estar caminhando para uma estagnação, o que afetaria toda a Europa. A confiança empresarial alemã registrou ontem a maior contração em mais de dois anos”. Segundo Jamil Chade, as nuvens sobre a economia alemã estão escurecendo, alertou Hans Sinn, chefe da Ifo, a agência que ausculta o sentimento empresarial na maior economia da UE. “Outubro, segundo ele, é o sexto mês consecutivo de queda na confiança do empresariado alemão. A redução fez com que o índice chegasse ao nível mais baixo desde fevereiro de 2010. A queda no índice foi inesperada, o que acabou pesando nas bolsas de valores pelo continente. O euro também perdeu força. Ao contrário de vários países da zona do euro, a Alemanha vinha resistindo a crise, em grande parte graças à competitividade de suas exportações”.

E o caminho parece claro. Os riscos de uma recessão na Alemanha estão aumentando, indicou o banco ING, ainda segundo o texto de Jamil. “Depois de crescer 4,2% em 2010 e 3% em 2011, a projeção apontava para uma expansão de 0,8% neste ano. Mas dados da empresa Markit apontaram ontem para uma séria contração da produção industrial alemã, afetando todo o continente. O levantamento indicou que o índice europeu caiu para 45,8 pontos em outubro. Taxas acima de 50 representam uma expansão no PIB e nas atividades industriais dos países. Mas a queda é a pior em 40 meses. De forma inesperada, o índice de atividade industrial na maior economia da zona do euro caiu para 48,1 pontos e a desaceleração mostrou que a crise que está afetando o sul da Europa contamina a maior economia do bloco num ritmo mais rápido que se imaginava”.

O momento não poderia ser pior. A chanceler Merkel abriu formalmente o período eleitoral de 2013 e seu mandato corre o risco de não ser renovado, ainda que continue favorita. O carro-chefe de sua

popularidade é a fortaleza alemã, sua resistência à crise, mas o cenário mudou. “O temor é de que uma contração da economia alemã volte a jogar todo o continente em estado de alerta e abafar qualquer tentativa de retomada. Para Tim Moore, economista da Markit, um dos motivos foi a queda das exportações, por conta da desaceleração na Ásia e a redução na aquisição de bens de capital da Alemanha. A redução nas vendas de carros também pesou. A Volkswagen anunciou que seus lucros sofreram queda de 20% no trimestre. A piora constante da situação econômica na Europa ocidental pressionou a indústria automotiva entre julho e setembro (2012), afirmou a montadora em seu relatório financeiro. Para a fabricante de artigos esportivos Puma, não há outra saída senão começar a cortar custos. No terceiro trimestre, a empresa registrou queda de 85% nos lucros. A Siemens já indicou que deve promover novas demissões”.

Era impossível acreditar que Merkel e os banqueiros alemães (seus chefes reais) não soubessem do risco que a política por eles imposta à UE; a base da força alemã se dá justamente no intenso comércio de produtos de alto valor agregado com os países da União Europeia, seu mercado cativo. Se boa parte desses países entra em crise, é óbvio que a Alemanha também pagará o preço. O problema é que o preço pode ser bem maior, pois o capital alemão, que financiou a ciranda de consumo, agora não tem retorno. O calote grego, o português e o provável espanhol reduz as chances de retroalimentação da economia alemã.

O castigo pode vir a galope. Confirmada a parada da economia, Merkel pode ser “limada”. Quem sabe se abra, assim, um novo momento de repactuação europeia. As pesquisas nacionais ainda dão a reeleição a Merkel, mas, sem maioria no Parlamento, o trator dos últimos sete anos pode estar chegando ao fim. Já foi derrotado Nicolas

Sarkozy, parceiro de armas na imposição da vontade imperial dos planos de austeridade. Agora, a própria Merkel enfrenta conflitos na Alemanha. Os rumos impostos por ela e seu partido a toda a Zona do Euro fracassaram. Exceto a Alemanha, ninguém foi beneficiado. Com a recessão prevista para maio, talvez nem ela escape dos ventos de mudança.

PARTE III

As dores da crise nos EUA

Foto: David Guttenfelder/AP



“Dorme à vontade, mas fica sabendo: as dívidas que hoje me atormentam a ti atormentar irão um dia.”

(As Nuvens, Aristófanes)

Os Estados Unidos patinam numa dinâmica econômica distinta do resto do mundo. O auge da superprodução do capital, por volta de

2005, reduziu drasticamente o desemprego e a miséria que, apesar de grandes, concentravam-se nos guetos pobres formados por negros ou latinos – ainda assim, ambos com bolsões de riqueza. Os números indicavam desemprego de 4,9% (cerca de 6,8 milhões de trabalhadores da PEA, população economicamente ativa), enquanto os beneficiários dos Food Stamps (uma espécie de Bolsa Família) eram de 28 milhões de pessoas.

Foi o auge de uma época, vencidos os “inimigos” do Leste, mas já sob a pressão dos “novos inimigos” – afinal, impérios não sobrevivem sem guerras, sem flexionar os músculos. Logo começou um amplo processo de pulverização dos ganhos. Por dois anos os bancos se entupiram de créditos podres, os títulos tóxicos, sem nenhum controle da SEC ou do Fed, o que os levou a imensas quebras no ano de 2008, culminando com a do Lehman Brothers, um dos maiores bancos do mundo.

Com os preços deflacionados e alto desemprego, a retomada viria em novo patamar. O momento da Crise de Superprodução, porém, deu-se em 2005, quando preços e empregos estavam em alta, com uso pleno das forças produtivas. Os sintomas da queda apareceriam apenas em 2008, seguidos por longo período de recomposição. A taxa de lucro começou a ser recomposta – ou *reloaded*, como vimos em *Matrix* – apenas em 2011, com perspectiva de crescimento posterior.

Do ponto de vista econômico, o governo Obama não existiu durante três dos quatro primeiros anos do primeiro mandato. O país estava em recessão, como elucidam os números do Departamento de Comércio sobre o PIB americano a preços de 2005 (em trilhões de dólares), descontada a inflação do período:

Ano	PIB (Trilhões US\$)
2007	13,2
2008	13,2
2009	12,7
2010	13,1
2011	13,3
2012	13,6

(FMI)

Apenas em 2012, efetivamente, o país começou a “rodar para a frente”. Lembremos mais uma vez do velho Marx quando trata da queima de Forças Produtivas: os preços nos EUA estão no mesmo patamar de 2005, um reflexo clara deste movimento. É como se o país tivesse parado por seis anos. O problema é que em 2005 o desemprego (Força Produtiva) era de 4,9%, e chegou a 9,1% (meados de 2011). Com a retomada, estava em 8,6% em janeiro de 2012.

Passados sete anos, os números ruins da economia chegaram ao auge em 2011: 14,8 milhões de trabalhadores desempregados, 45 milhões de pessoas usando os Food Stamps. A renda média dos trabalhadores tinha caído 40%. Os planos que torraram cinco trilhões de dólares entre 2007 e 2009, ou cerca de 1/3 do PIB dos EUA, foram quase que integralmente destinados aos bancos e às grandes empresas. Apesar disso, a economia não reagiu de forma ampla. Apenas no último trimestre de 2011, com outro acordo fiscal, começou uma dinâmica de retomada, confirmada em 2012. Uma nova queda no quarto trimestre de 2012, porém, trouxe de volta as incertezas.

Do ponto de vista do capital, eis como o falcão democrata Larry Summers vê a retomada:

“Já por algum tempo, o crescimento do emprego vem acontecendo bem acima da expansão da população. O nível das cotações do mercado acionário é maior e sua volatilidade é a menor desde 2007, indicando que se reduziram as incertezas no mundo dos negócios. Consumidores que adiaram a compra de automóveis e outros bens duráveis criaram uma demanda reprimida que agora parece emergir. Até que enfim, o mercado de imóveis residenciais se estabiliza. Por anos, o ritmo de constituição de novas famílias tem ficado abaixo do normal e mais jovens passaram a morar com os pais. Em algum momento, eles vão se estabelecer, criando um círculo virtuoso constituído de um mercado de imóveis mais forte, mais ‘formação de famílias’ que impulsiona a demanda, melhoras adicionais nas condições de habitação e assim por diante. Além disso, se não houver uma regulação punitiva, as inovações na tecnologia de informação, as redes sociais e as novas descobertas de petróleo e gás natural parecem ser fontes de investimento e criação de empregos”.

E conclui:

“Mesmo que a economia crie 300 mil empregos por mês e cresça ao ritmo anual de 4%, muitos anos serão requeridos para que se restabeleça a normalidade. Assim, uma virada rumo ao tipo de políticas apropriadas em tempos normais seria muito prematura”.

OS MOVIMENTOS DO CAPITAL

Os EUA são nosso norte neste movimento. Entender sua dinâmica econômica é essencial. Ao explodir a economia, o problema central foi no setor que mais emprega e mais reflete a economia como um todo: a

construção civil, ou melhor, o setor imobiliário, pois a partir dele se criou uma verdadeira espiral de valorização. Somada à especulação futura, sem lastro real, a imensas hipotecas e à alavancagem dos bancos elevada à máxima potência, o resultado foi um efeito danoso sobre todo o restante da economia. O Estado, como sempre, veio em socorro dos banqueiros e corporações, jogando um peso insuportável em cima dos trabalhadores e da classe média americana.

A tese que venho defendendo, sobre o momento da crise, vai se confirmando, em particular pelos relatórios agora divulgados, como este da agência Dow Jones:

“Quase sete anos depois do estouro da bolha imobiliária, a maioria dos índices registra melhoras. Finalmente, é possível ver algum aumento nos preços das residências’, comentou David M. Blitzer, presidente do comitê de índices da S&P, após a divulgação do índice de preços de residências S&P/Case-Shiller que registrou a primeira alta mensal em abril, após sete meses consecutivos de retração. Em maio, foram vendidas cerca de 10% a mais de residências existentes em relação a igual período do ano anterior, muitas delas compradas por investidores que planejam alugá-las agora para vendê-las mais tarde, um sinal importante e um ponto de inflexão”.

Ou seja, “sete anos depois”, em 2012, bate com 2005, ano que identifico como o pico deste ciclo do capital. Diz mais o relatório:

“Os construtores começaram a construir 26% a mais de casas para famílias em maio de 2012 em relação aos níveis deprimidos de maio de 2011. Os estoques de novas residências não vendidas estão *de volta ao nível de 2005*. Em cada um dos quatro trimestres

passados, a construção de residências foi acrescentada ao crescimento econômico. No primeiro trimestre, esse estoque respondeu por 0,4% na margem na taxa de crescimento de 1,9%. ‘Mesmo com a economia geral desacelerando’, afirmaram economistas do Wells Fargo Securities, cautelosamente em nota a clientes, ‘a recuperação do mercado de construção de residências parece estar ganhando impulso gradual’”.

Entender que o capital chegou a seu apogeu naquele ano, mas apenas em 2008 se tornou “pública” sua crise, é central: mostra que em tese perdemos três anos de debates e iniciativas políticas antes de pôr em xeque o sistema. Vejamos os números e percebamos qual o tamanho de queima de Forças Produtivas:

“O mercado imobiliário ainda está longe de ter se recuperado totalmente, apesar dos esforços do Federal Reserve para ressuscitá-lo, ajudando a conter as taxas de hipotecas para extraordinárias baixas: 3,62% para empréstimos de 30 anos, segundo levantamento da Freddie Mac. A construção de unidades residenciais iniciadas, por sua vez, permanece *60% abaixo do ritmo de antes da bolha em 2002*. Os ativos dos americanos em residências estão em US\$ 2 trilhões, *ou 25% menos do que estavam em 2002 e metade do que estiveram no pico*. Mais de uma em cada quatro hipotecas ainda continuam com o valor muito acima do valor do imóvel, ainda que o aumento nos preços das residências tenha reduzido essa fração lentamente. A reviravolta no mercado imobiliário é um marco, particularmente bem-vindo em meio à pressão por emprego. Por algum tempo, esse mercado foi considerado uma das causas do enfraquecimento econômico,

mas agora ele agora se moveu para o outro lado. ‘Um pequeno sopro é muito melhor do que um vento contrário’, lembrou o economista do Case/Schiller. A partir de agora, é improvável que o mercado imobiliário possa afundar a economia dos EUA ainda mais”.

Em números absolutos o desemprego saiu de 8 milhões para quase 15 milhões; hoje ainda atinge 13 milhões de pessoas. Os salários recuaram em 25% e a renda das famílias caiu quase 40% (parte dela era alimentada pelas hipotecas, que inflavam seus “ganhos”). O fosso social aumentou incrivelmente nestes últimos sete anos: as 750 famílias mais ricas detêm o mesmo que 155 milhões de pessoas. Como informava a agência Dow Jones no início de junho de 2012 sobre o empobrecimento das famílias nos EUA:

“A riqueza líquida média das famílias americanas diminuiu quase 40% entre 2007 e 2010, recuando aos níveis de 1992, informa o Federal Reserve Bank dos Estados Unidos em estudo divulgado nesta segunda-feira, 11 de junho. Depois de três anos tumultuados para a economia dos EUA, as famílias americanas viram tanto a renda quanto o patrimônio líquido caírem acentuadamente, revela a Pesquisa sobre as Finanças dos Consumidores realizada pelo Fed. A riqueza líquida média caiu de US\$ 126.400 por família em 2007 para US\$ 77.300 por família em 2010. A queda de 38,8% é a maior da série histórica, iniciada em 1989, e o nível é o mais baixo desde 1992, informa o Fed. Já a riqueza média das famílias, que é a diferença entre o patrimônio e o endividamento, caiu 14,7%”.

A POLÊMICA DO CALOTE

Insisti várias vezes em debates nas redes sociais: os EUA não dariam calote em sua dívida. O objetivo da extrema-direita americana, liderada pelo Tea Party/republicanos, era “sangrar” Obama em praça pública, humilhá-lo ao extremo e fazer o pior acordo. Mas os financiadores de campanhas de Wall Street não deixariam seus financiados irem além da humilhação para não prejudicar seus negócios.

Irrefletidamente, vários debatedores, inclusive de esquerda, torciam pelo calote, uma atitude mais que irresponsável, pois a conta, tanto do acordo e, mais ainda, de um calote, recairia sobre as costas dos trabalhadores. Muitas vezes esquecemos a razão e a ética para destilar desejos juvenis e inconsequentes, e não olhamos a economia com o devido e necessário distanciamento. A saber:

- De setembro de 2008 a 2010 houve crescente enriquecimento dos bilionários americanos: surgiram 31 novos bilionários, um aumento histórico;
- Os 400 americanos mais ricos detêm mais renda do que 155 milhões de americanos, uma brutal concentração de renda graças aos pacotes bilionários de salvamento dos governos Bush/Obama;
- Os pacotes de salvamento giraram em torno de 5 trilhões de dólares (dois PIBs do Brasil), porém o retorno é de pouco mais de 57%, gerando um passivo de mais de 2 trilhões (quase um PIB do Brasil) de calote privado, agravando mais ainda a dívida pública americana;
- Houve clara transferência de renda do Estado para os grandes grupos econômicos privados, demonstrando que este papo de Estado mínimo é só para miriams e sardenbergs se iludirem; na hora H é o ESTADO que paga a conta de quem o domina; no

caso americano, nomeadamente o Morgan Stanley e seus clientes bilionários;

- Nestes últimos três anos o número de americanos abaixo da linha da pobreza, que recebem os Food Stamps, pulou de 31 milhões em agosto de 2008 para 45 milhões em julho de 2011, um aumento dramático; o bolsa família deles é de US\$ 137 por pessoa.

O orçamento aprovado no Congresso americano apontou para o não calote, pois aumentou o endividamento do Estado – na verdade, apenas reconheceu os números atuais, de 99,7% da relação PIB vs Dívida –, e mais: mirou a face mais cruel dele, um corte no orçamento não do socorro aos ricos, mas dos gastos públicos, o que deve agravar a crise, o desemprego e a desassistência social, além de um corte nos impostos dos ricos e um pequeno corte nos gastos da conta estratosférica da defesa.

Uma ressalva: sem ele o caos seria instalado imediatamente e a conta viria de uma vez só, atingindo o mundo de forma violenta. Basta lembrar que os títulos da dívida americana remuneram 75% das reservas cambiais do Brasil, da China e da Rússia. Imaginem os efeitos sobre estes países de um calote americano...

O governo americano usou como vetor de saída da crise uma guerra cambial despejando apenas ano passado 600 bilhões de dólares no mercado mundial, sobrevalorizando moedas e tornando suas mercadorias competitivas. Este movimento não teve um contra-ataque imediato.

UM LONGO IMPASSE

Sob a perspectiva de que o acordo da dívida americana seria o pior, como afinal foi, alguns bancos centrais começaram uma corrida para comprar dólar e evitar que suas moedas locais se valorizassem. O Banco do Japão (BOJ) comprou US\$ 12,6 bilhões no mercado, para tentar segurar a valorização do iene. O Banco Central Suíço e o Banco da Inglaterra recompraram 200 bilhões de libras. Escreveu Celso Ming, articulista de economia de *O Estado de São Paulo*:

“O presidente do Banco Central Europeu (BCE), Jean-Claude Trichet, criticou asperamente a iniciativa do BOJ, observando que essas intervenções têm de ser coordenadas; não podem ser unilaterais. E, a despeito da posição contrária das autoridades monetárias da Alemanha, avisou que reiniciaria a recompra de títulos de dívida de Portugal e Irlanda, que vêm perdendo preço nos mercados. O BCE já detinha em carteira 78 bilhões de euros em títulos de dívida de países do bloco, especialmente desses dois. Além disso, reabriu leilões de liquidez ilimitada com vencimento em seis meses”.

Ben Bernanke voltou ao Senado na busca de um acordo fiscal antes das eleições presidenciais de 2012. Celso Ming deu detalhes do imbróglio:

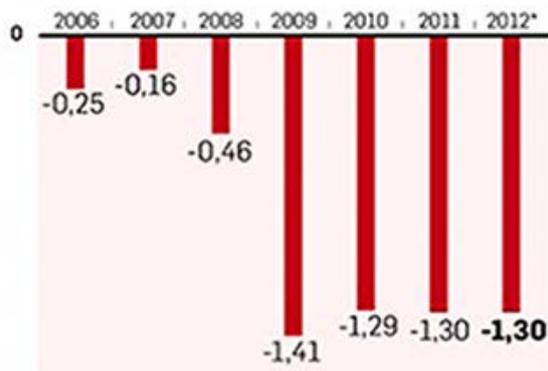
“É uma situação esdrúxula. Enquanto os grandes bancos centrais são fortemente convocados a imprimir moeda, para desempolar o crédito e estimular a atividade econômica, o presidente do Fed adverte que são os políticos ou, no caso dos Estados Unidos, é o Congresso que tem de fazer sua parte. O problema de fundo é que as despesas em 12 meses do governo dos Estados Unidos vêm sendo cerca de US\$ 1,3 trilhão mais altas do que sua capacidade

de arrecadação. A solução imediata implica expansão da atual capacidade de endividamento, hoje de US\$ 15,2 trilhões. Se o Tesouro dos Estados Unidos não for autorizado a emitir mais títulos, a única saída passaria pela drástica *contenção das despesas públicas, cuja principal consequência seria uma profunda recessão*. O maior obstáculo para essa solução é a recusa do Partido Republicano em aprovar tanto o aumento da dívida quanto o de impostos. Em agosto do ano passado, o Congresso dos Estados Unidos conseguiu aprovar, à décima primeira badalada, uma elevação da dívida pública de US\$ 14,3 trilhões para US\$ 15,2 trilhões. Outro aumento desse teto, para US\$ 16,4 trilhões, só poderia acontecer com nova aprovação explícita do Congresso. Se o Tesouro dos Estados Unidos não puder emitir mais dívida, o governo terá duas opções: ou passará o calote em parte dos seus fornecedores ou será obrigado a cortar despesas unilateralmente, com os desdobramentos já apontados”.

É o que estamos repetindo como mantra: tanto Estados Unidos quanto Alemanha não economizaram nos gastos para conter a crise, mas exigem dos endividados – ou seria dos que não têm poder real? – que cortem gastos. Basta ver o gráfico:

● Déficit fiscal dos Estados Unidos

EM TRILHÕES DE DÓLARES



*Estimativa

FONTE: ORÇAMENTO DOS EUA

INFOGRÁFICO/AE

Somados os déficits de 2008-2011, temos o acumulado de 4,6 trilhões de dólares, torrados na tentativa de salvar a economia – na verdade, de remunerar o grande capital, pois o Estado cumpre o papel específico de equalizar o valor, beneficiando as frações do capital que o domina, no caso, os banqueiros.

Vejamos que, de repente, Ming se dá conta da contradição central – EUA gastam trilhões e aumentam sua dívida, mas a política exigida aos outros é a diminuição de despesas, quando fala da UE:

“Na Europa, multiplicam-se críticas ao *excesso de austeridade imposto aos países prostrados pelo excesso de dívidas* e, ao mesmo tempo, exige-se que o Banco Central Europeu (BCE) tome o mesmo caminho do Fed: emita moeda e, com ela, recompre os títulos de países do euro – especialmente os de Espanha e Itália. O objetivo dessa manobra é criar mais demanda

para os títulos, de maneira que os juros possam cair e, assim, mantenham o endividamento sustentável. *O governo alemão vetou essa política*, que implicaria o uso do BCE para levar todos os países do euro a pagar um pedaço da conta, que é só de espanhóis e italianos. Mas a falta de uma solução duradoura para a crise do euro talvez torne inevitável esse passo do BCE, que atualmente é considerado irresponsável”.

Países prostrados é a definição perfeita. A pressão é para que o BCE use as mesmas armas do Fed, mas o veto alemão é bem calculado: quanto pior para os demais melhor para a Alemanha, até agora. Nos EUA, o Fed tem mãos livres, mas o BCE, com oposição da Alemanha e de seus aliados menores, não faz o mesmo na UE – o que apenas piora o quadro.

OBAMA II

Barack Obama conseguiu seu segundo mandato nos Estados Unidos em 2012 – o primeiro governante a se reeleger no pós-crise: os números dos últimos trimestres do ano asseguraram que seu frágil governo continuasse por mais quatro anos. Multimilionário e ultraconservador, o bispo mórmon Mitt Romney, que governou o rico estado de Massachusetts e presidiu os jogos olímpicos de inverno em Salt Lake City, a capital mórmon, só apareceu com chance pela circunstância de crise, pois sua profunda mediocridade assusta os eleitores. Mas, relembremos, Obama também foi grande beneficiário da crise.

Seu governo, na verdade, poderia ser definido como o de Ben Bernanke, o presidente do Fed, nomeado por Bush Jr. – o real condutor

da economia. O presidente do país foi mera figura decorativa. O trio que jogou os EUA no abismo (Henry Paulson, Tim Geithner e Ben Bernanke) se desfez em 2009, mas os dois últimos continuaram figuras de proa destes anos terríveis.

Somente em 2012 o PIB americano, descontada a inflação, superou o de 2005. Emissão de moeda (QE) indiscriminada inundou o mundo de dólares, barateando artificialmente os produtos dos EUA. A economia, entretanto, pouco reagiu.

O ABISMO FISCAL

A política fiscal de grandes isenções, simultaneamente aos QEs, levou ao “abismo fiscal”, bomba-relógio que explodiria nas mãos do presidente logo em 1º de janeiro de 2013. Durante o impasse de votação do orçamento de 2012, em agosto de 2011, os republicanos, em ampla maioria, impuseram duro golpe ao governo: votaram proposta de remendo fiscal que impõe corte compulsório nos gastos de 2013 da ordem de 600 bilhões de dólares. Isso obrigará o governo a cortar incentivos fiscais dados a empresas para que retomem a produção.

Na reunião do G-20, no México, em junho de 2012 já se sentia o clima ruim, discutindo-se como o novo presidente lidaria com a bomba do abismo fiscal. Ou seja, a questão estava muito além da própria escolha presidencial. O esforço do pequeno crescimento de 2012 poderia simplesmente acabar em 2013, jogando o país numa espiral de crise ainda maior.

Os democratas obtiveram pequena maioria no Senado, mas ficaram em minoria na Câmara. Recorro mais uma vez ao excelente trabalho de Celso Ming, com dados reveladores sobre os desafios de Obama II. “O

presidente Barack Obama não terá muito tempo para comemorar a vitória apertada nas eleições presidenciais de terça-feira. Enfrentará agora o desafio dramático do abismo fiscal (fiscal cliff), ao que tudo indica, em condições políticas complicadas. Nas próximas semanas, esse tema será o pesadelo que assombrará o mercado financeiro global, provavelmente ainda mais do que a ameaça de quebra da Espanha. Nesta quarta-feira, o temor do abismo fiscal derrubou a Bolsa de Nova York em 2,4% e os preços do petróleo em 4,8%. Mas não teria sido muito diferente do que aconteceria caso o vencedor fosse Mitt Romney”.

Ming mostra de onde vinha o problema, didaticamente:

“Para entender do que se trata, é preciso conferir as cartas à mesa. Tudo começa porque, nos Estados Unidos, o poder executivo não pode aumentar a dívida federal sem autorização do Congresso. Hoje, o rombo orçamentário (déficit fiscal) é de US\$ 1,1 trilhão, em princípio, o valor a ser coberto por expansão da dívida pública. Em agosto de 2011, o passivo do Tesouro dos Estados Unidos chegara ao teto anterior, de US\$ 14,3 trilhões. Depois de intermináveis negociações, Obama arrancou autorização para uma meia sola provisória que elevasse essa dívida para US\$ 15,2 trilhões, com a possibilidade de que esse limite fosse revisto em fevereiro deste ano, no contexto de novo acordo com novas cláusulas. Também depois de duríssimas negociações com os republicanos, que controlam a Câmara dos Representantes, o presidente Obama conseguiu que a dívida pudesse ser puxada para até US\$ 16,4 trilhões. Para que a dívida se mantivesse nesse patamar foram impostas condições: a partir de janeiro de 2013, terão de entrar em vigor cortes automáticos de despesas públicas,

de subsídios e de incentivos fiscais, conjugados com aumento de impostos, num total próximo de US\$ 600 bilhões em 2013 (cerca de 4% do PIB). Hoje o passivo do Tesouro dos Estados Unidos está nos US\$ 16,2 trilhões, já bem próximo do teto”.

Um novo acordo, muito frágil, foi fechado, mas o alerta final era bem claro, como informou Celso Ming: “Se a nova ponte política não for construída sobre o abismo, apenas os cortes de despesa e as elevações de impostos atirarão o setor produtivo americano na recessão (recoo do PIB). Certas projeções do Fundo Monetário Internacional avaliam essa recessão em cerca de 2% em 2013. Seria uma trombada de 4% no PIB (atual crescimento de 2% e futuro recoo de 2%). E, como todo abismo atrai outro abismo (Salmo 42, na redação dos Setenta), a recessão, por sua vez, tenderá a reduzir receita, o que exigirá ainda maior esforço arrecadador”.

HÁ SAÍDA PARA A CRISE?

A “Nuvem de Trilhões” da bolha especulativa que atingiu, em títulos, três vezes o total do PIB mundial, algo em torno de 140 trilhões de dólares, contra 46 trilhões do PIB global, teve papel fundamental na imposição de uma nova realidade nas relações econômicas mundiais.

Quando irrompeu a crise em 2008, esta “nuvem”, controlada fundamentalmente por grandes bancos, como Goldman Sachs, HSBC, Mitsubishi, BNP Paribas, UBS e outros, passou por grandes fusões e quebras impressionantes, como a do Lehman Brothers, a da seguradora AIG e de muitas outras instituições que trabalhavam com taxas de alavancagem de até 40 vezes seu patrimônio líquido.

Apenas de 2008 para cá cerca de 50 trilhões de dólares foram

literalmente “queimados” nessa “nuvem”. Apenas em 2011, o repique da crise, a queima chegou a 6,7 trilhões. O que mais uma vez nos traz a Marx, que dizia: “A crise restabelece brutalmente, ao preço de grandes sofrimentos, as condições de rentabilidade do capital e de retomada da acumulação”.

Não convém deixarmos escapar a função do crédito, como ensina Marx no volume III de *O Capital*:

“O crédito acelera as erupções violentas da contradição – crise – e, portanto, os elementos de desintegração do antigo modo de produção. O sistema de crédito aparece como o principal nível de sobreprodução e super-especulação no comércio somente porque uma maior parte do capital social é empregado por pessoas que não são seus proprietários e que, conseqüentemente, veem as coisas de maneira diferente do proprietário... Isso demonstra simplesmente que a autoexpansão do capital permite um livre desenvolvimento real apenas até certo ponto, de modo que, de fato, constitui um freio e uma barreira iminente à produção que são continuamente transgredidos pelos sistemas de créditos”.

A “nuvem” – ou os “mercados” –, que seduz de forma tão profunda analistas do capital como Miriam Leitão e Carlos Sardenberg, entre outros, não pode também nos impressionar. É preciso rigor, há necessidade de estudarmos os fenômenos sem nos deixar seduzir pela “expansão financeira” como fim último do capital, escondendo o mais importante, que é a reprodução ampliada do capital e sua busca vital pela recomposição da Taxa de Lucro; ou pelos dogmáticos da “crise permanente”, que apenas enxergam o declínio do capital, mas não explicam sua recuperação e sua expansão entre uma crise e outra.

Este é um caminho muito difícil a percorrer. Manter a coerência ideológica e a cabeça sempre pronta a analisar cada lance da luta de classes é um duro desafio. O modismo seduz porque parece dar resultados mais rápidos e conjunturais.

Antes de terminar convém rever: o ciclo anterior, iniciado em meados dos anos 80, teve várias crises regionais, como a dos tigres asiáticos, a russa e a mexicana. O advento do euro, as guerras regionais e a China acabaram por postergar uma crise global. Mas, com o furo da Bolha da Internet, em 2000, ficou evidente que logo viria a verdadeira conta, ou a verdadeira crise. O que acontece de 2008 até agora são os efeitos da Crise 2.0, e por três ou quatro longos anos sentimos este movimento: a queima de capital para o início de um novo ciclo.

Que fique claro: o movimento de entrada e saída da crise não é igual, mas há números seguros de que os EUA estão desde o ano passado em crescimento, ainda que incipiente e não consolidado. As taxas não são elevadas, mas o amplo império, que tem seus braços fincados na China, na Índia, no Brasil e no mundo, começa a se fortalecer. Sua indústria pesada, de bens de capital, automobilística e da construção civil (que gera muito emprego) estão voltando com força. As taxas de desemprego pararam de crescer, no mínimo estagnaram – pode ser um novo patamar (algo em torno de 9%). A estes sinais é que devemos ficar atentos.

Mas os EUA estão diante de um cenário complicado, com a possibilidade real de, em 2013 e 2014, perderem o que recuperaram minimamente em 2011 e 2012. O abismo fiscal ainda os ameaça de forma severa. O Fed, percebendo o pântano, ampliou a base monetária (QE), com recompra ou enxugamento de títulos; a emissão de moedas, que era de 40 bilhões mensais, subiu para 45 bilhões. Parece pouco, mas é claro indício de que os últimos dados da economia apontam para

uma queda da atividade econômica.

Segundo a agência Dow Jones, o Fed “reconhece que a atividade econômica e o emprego continuam a se expandir a um *ritmo moderado nos meses recentes*, e ainda percebe um declínio acentuado na taxa de desemprego desde o verão”. Contudo, o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Fed continua preocupado com que, sem acomodação suficiente da política, o crescimento econômico possa não ser forte o suficiente para gerar uma melhora sustentada nas condições do mercado de trabalho. “Além disso, tensões nos mercados financeiros globais continuam a apresentar riscos negativos significativos para a perspectiva econômica”. (13/12/2012)

PARTE IV

O papel dos BRICS na crise

Foto oficial



Foto Oficial da V Reunião dos BRICS

Os **blocos comerciais definidos** no mundo costumam ter certa identidade regional, proximidade territorial e, algumas vezes, proximidade cultural. Os maiores – como a União Europeia ampla, a União Europeia restrita (Zona do Euro) e o Nafta restrito (Estados Unidos, Canadá e México), o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) – tiveram longa história de consolidação. Mesmo assim alguns ainda capengam, por falta de melhor definição de acordos. O

bloco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – South Africa, em inglês) era quase uma ideia abstrata, uma sugestão cunhada pelo economista Jim O’Neill, da Goldman Sachs que, em 2001, viu nestes imensos territórios uma possibilidade comum de união.

Apenas em 2009 o grupo chegou a efetivos acordos bilaterais. A iniciativa do Brasil de convocar o G77 e depois o G20, que esvaziou o antigo clube dos ricos, o G7, foi o combustível político ideal. O que realmente os aproximou, porém, foi a luta contra a Crise 2.0, que arrastou EUA e UE para o limbo econômico. Políticas comuns impulsionaram a ideia, com intervenções em órgãos mundiais como FMI, OMC, Rodada de Doha. A África do Sul foi incorporada neste período.

Longe de servirem de entrave, as imensas diferenças culturais, a distância e os múltiplos interesses uniram mais estes países. Na grande crise criaram oportunidades de maior integração, promoveram mais reuniões formais e adotaram medidas mais concretas. Como o próprio O’Neill disse em entrevista à *Der Spiegel*: em pouco mais de 10 anos o PIB destes países saltou de 3 trilhões para 13 trilhões de dólares, e seus acertos comerciais os salvou, em grande medida, de um mergulho na crise. O’Neill via ali uma estratégia vitoriosa, com alguns problemas, claro, mas também ótimas soluções.

No fim de março de 2012 um grande passo foi dado na reunião de Nova Déli, com novas ideias para alavancar a união, dando-lhe mais organicidade e cara de bloco comercial. As mais importantes: criação de um fundo comum e de um banco de fomento. O BIS, banco de investimentos da UE, fechara as torneiras de empréstimos fora do bloco – isso prejudicava enormemente China e Brasil, que respectivamente tomavam financiamento de 25% e 15% anuais para seus investimentos. Também foi anunciado acordo mútuo Brasil-China de 60 bilhões de

reais, em conversibilidade direta de moedas, formalizado em Durban em março de 2013.

No México, em junho de 2012, os BRICS tiveram decisiva participação na reunião do G-20, com várias propostas comuns, agindo como bloco. Na época alguns dilemas atingiam os BRICS, como descrito no blog:

“O ambiente geral é complicado. Se em 2007/2008 os EUA caíram economicamente, mas a Zona do Euro se manteve – com um detalhe a mais: a Zona do Euro é a maior financiadora da China, cerca de 25% dos investimentos gerais e 15% do Brasil –, com a crise de 2011 houve um fechamento de torneiras dos financiamentos externos europeus, essenciais a estes países, devido à baixa poupança interna. Além disso, as importações da UE de produtos da China caíram 7% em 2012. O mesmo deve se repetir com o Brasil.

Os BRICS têm sido aguerridos e, por mais que tenham sobrevivido à atual crise, não estão imunes. Recentemente se reuniram na Índia buscando maior convergência de ações e intercâmbio, para que possam, de forma mais efetiva, proteger suas economias e manter o crescimento econômico dos últimos anos. As duas políticas acertadas neste recente encontro são: 1) No comércio entre os BRICS, usar as próprias moedas; 2) Criar um banco de investimento do grupo. São medidas que dinamizam o comércio entre estes países, pois em parte não se precisa usar dólar/euro nas transações. O banco comum ajuda na questão de financiamento, diminuindo a dependência ao humor do mercado mundial.

Mais ainda, os BRICS se unem contra a chuva de trilhões imposta

pelos EUA (Fed) e pela UE (BCE) em mais duas QE (emissão maciça de moedas), o que incentiva a especulação com a moeda local, impondo sua valorização, causa desequilíbrio nas contas e torna os produtos dos emissores mais “baratos” frente à produção local. O fluxo de capital com caráter especulativo desarruma as contas públicas de países como o Brasil”.

Finalmente em março de 2013, em Durban, a reunião de cúpula dos BRICS, precedida de encontro dos ministros da Economia do bloco, decidiu de forma mais direta: 1) Um fundo comum anticrise de 100 bilhões de dólares (41 bilhões da China, 18 bilhões de Brasil, Rússia e Índia, 5 bilhões da África do Sul); 2) Indicação da criação do Banco de Fomento dos BRICS (os ministros não superaram a discordância da Rússia, que se opõe ao banco, e a medida exige aprovação dos presidentes; 3) Brasil-China assinaram cesta de moedas de 60 bilhões de reais, para não depender de moedas alheias no comércio bilateral.

Assim começava a tomar corpo, de forma efetiva, o acordo econômico, erroneamente noticiado pela *Folha de SP* como o “FMI” dos BRICS. Na verdade, o acordo anticrise é mais similar ao Fundo Emergencial Europeu, usado entre os membros da UE, e pouco lembra o FMI até no caráter e no modo de funcionamento: o saque é livre até o limite de 20%; acima desse valor, os demais membros fazem auditoria. O fundo pode chegar a 500 bilhões de dólares, podendo ser incorporado ao futuro banco de fomento comum.

A reunião dos ministros da Economia dos BRICS, que antecedeu o grande encontro da 5ª Cúpula dos BRICS, já provocara intenso barulho na mídia mundial. Depois entraram em cena os atores principais, os presidentes, que juntos são responsáveis por 43% dos

habitantes do planeta e 25% do PIB mundial. Chegavam ao quinto encontro com objetivos ambiciosos e mais claros, apesar dos problemas.

Reportagem de capa de *El País* (23 de março/2013), cujo título não poderia ser mais explícito – “Os emergentes exigem sua cota de poder” – bem definiu: “Os líderes das principais economias emergentes, reunidos em um grupo conhecido como BRICS, inaugurou ontem na cidade sul-africana de Durban um encontro cuja agenda não são apenas relações comerciais e políticas entre algumas das economias do mundo a crescer mais rápido apesar da crise internacional, *mas também o futuro da ordem global*”. Os desafios são gigantescos: fazer frente à ordem vigente, com dois carros-chefe, primeiro pela criação de um banco para financiar seu crescimento, quebrando a dependência do Banco Mundial e do BIS; segundo, com um fundo de reserva e estabilidade, parecido com o mecanismo de emergência europeu (ESM).

A musculatura deste bloco é visível, os números abaixo não deixam dúvida: se vingar, o bloco fará contraponto interessante aos EUA e à UE:



Indicator	Year	BRICS					Other Leading Economies	
		Brazil	Russia	India	China	South Africa	United States	Japan
Population, total	2010	194,950,000	141,750,000	1,170,938,000	1,338,299,000	49,991,000	309,052,000	127,450,000
Reserves of Foreign Currency and Gold and Rank	2011	US\$357.9B 7	US\$513.0B 5	US\$345.8B 8	US\$3.2T 1	US\$50.3B 38	US\$132.4B 20 (2010)	US\$1.1T 2 (2010)
Life expectancy (years)	2009	72.8	68.6	64.8	73.1	51.6	78.1	82.9
Literacy rate, adult total (% of people ages 15 and above)	-	90.0 (2008)	99.6 (2009)	62.8 (2006)	93.0 (2009)	88.7 (2007)	-	-
GDP Per Capita, PPP (current US\$)	2010	\$11,200	\$19,800	\$3,600	\$7,600	\$10,600	\$47,200	\$33,800
Income inequality measured by GINI coefficient**	-	36.8 (2004)	41.5 (2005)	42.2 (2009)	53.9 (2009)	65.0 (2005)	45.0 (2007)	37.6 (2008)
CO ₂ emissions (kt)	2008	393,000	1,709,000	1,743,000	7,032,000	436,000	54,561,000	1,208,000
Mobile cellular subscriptions (per 100 people)	2009	90.0	162.5	45.4	56.1	94.2	89.3	90.1
Health expenditure per capita, PPP (constant 2005 international \$)	2009	\$940	\$1,040	\$130	\$310	\$860	\$7,400	\$2,700

Source: World Bank Open Data; CIA World Factbook

Note: *World Bank and CIA World Factbook indicators were used over local sources to allow for cross-country analysis;

** The higher the GINI coefficient, the larger income inequality

BRICS economic and human development indicators

Com este poder de fogo, é natural o questionamento dos velhos instrumentos da economia mundial, vindos do pós-guerra e nascidos em Bretton Woods, que seguem sendo mecanismos controlados pelos EUA, em primeiro lugar, secundados pela UE. Continuava *El País*:

“Os projetos BRICS certamente são ambiciosos, mas o diabo está nos detalhes. Embora haja vontade para criar o banco de desenvolvimento, persistiam diferenças sobre seu financiamento, a localização de sua sede e como deve ser gerenciado. ‘Há uma tendência positiva, mas ainda não fechou o acordo para a criação do banco’, disse Anton Siluanov, o ministro das Finanças russo, à

agência Reuters. Cada uma das partes procura moldar a instituição aos seus objetivos de política nacional e internacional e garantir um justo retorno sobre os investimentos. A Índia defende um banco de investimentos que recicle os superávits orçamentários nos países em desenvolvimento, enquanto a China gostaria de investir em projetos que maximizem o comércio”.

O capital inicial aportado seria um depósito de 10 bilhões de dólares de cada parceiro, o que somaria 50 bilhões. Aparentemente é pouco, diante de outros bancos de fomento, mas é uma primeira remessa, que deve nortear a confiança e os projetos locais e internacionais. A África é o alvo de grandes projetos, principalmente da China, que poderia ser partilhado com os demais integrantes do bloco. Como declarou a *El País* a nova autoridade chinesa, o presidente Xi Jinping, que estreava no cenário mundial nesta reunião:

“Estou ansioso para discutir planos de cooperação com os líderes de outros países do BRICS e as nações africanas. Acredito que com os esforços concertados de todos os participantes, a reunião será bem sucedida e levará a solidariedade e a cooperação dos países em desenvolvimento a uma nova altura”.

Este norte dissipa qualquer dúvida de para onde caminhará a política comum do bloco, dizia o jornal espanhol. O outro tema central, menos polêmico e já acertado pelos ministros da Economia, foi o mecanismo anticrise em forma de fundo, que somará 100 bilhões de dólares. *El País* confirmava: “Pouco antes do início da cúpula, China e Brasil assinaram acordo de comércio em suas próprias moedas no valor de 30 bilhões de dólares por ano. Seu comércio bilateral atingiu, em 2012, 75 bilhões de dólares” – 40% das transações comerciais entre os

dois não dependerão mais de dólares, o que alivia pressões sobre o custo da moeda americana e também assume caráter simbólico, ao não se usar a “convertibilidade” universal.

NOVA ORDEM MUNDIAL

Cabe ainda destacar como cada país entrou nesta cúpula. Do lado russo, Vladimir Putin deu tom extremamente político ao encontro, manifestando a certeza de que ali se aglutinará outro polo do tabuleiro mundial, segundo *El País*: os BRICS não são um clube de Moscou, mas uma ferramenta política e econômica para mudar a ordem mundial estabelecida, começando com as finanças. Estes objetivos estão descritos em documento divulgado pelo Kremlin na véspera da reunião de chefes de Estado do quinteto. Segundo o site oficial do Kremlin, Putin aprovou a “concepção da participação da Federação Russa na parceria BRICS”.

“Na política externa de Putin”, continuou o jornal, “os BRICS têm vista privilegiada. Como parte dessa parceria, a primeira cúpula foi realizada em Yekaterinburg (nos Urais) em 2009, quando ainda estava em gestação. Moscou pretende reformar o sistema financeiro e as reservas internacionais para criar outro ‘mais representativo, estável e previsível’. A Rússia também apoia a criação de uma agência de classificação própria para dar ‘uma avaliação mais objetiva da situação dos bancos e empresas nacionais’. O Kremlin também quer institucionalizar os BRICS com um ‘secretariado permanente’ e sugere, de fato, que se congele a admissão de novos membros por três ou quatro anos, para que os membros atuais aprofundem sua integração”.

“Putin classificou os BRICS como “um dos elementos-chave na formação de um mundo multipolar”, informou a agência Itar-Tass. Essa

parceria deve se tornar “um mecanismo de cooperação plena estratégica” que permite pesquisar ao longo do caminho a solução dos principais problemas da política mundial. Os BRICS rejeitam as pressões acompanhadas de uso da força e de “erosão da soberania dos países”, disse, e conclamam ao reforço do papel central da ONU. Putin considera necessário “evitar o uso da ONU, e, principalmente, do Conselho de Segurança para encobrir políticas de derrubada de regimes, com imposição desconfortável e forçada de variações unilaterais na solução das situações de conflito”. Para o presidente russo, os países do BRICS têm o mesmo foco em questões como a guerra na Síria, a situação no Irã e no Oriente Médio”.

BRICS E O BRASIL

Se do lado russo parece haver visão estratégica consolidada, a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, pôs na mesa os objetivos do Brasil: “Em Durban, estamos no 5º Fórum dos BRICS. É um ciclo de reuniões que nos unificou e que já se realizou em cada um dos países membros. Portanto, temos condições de fazer um balanço do que acumulamos até agora, das conquistas e planejar o nosso futuro. Nós temos um sólido patrimônio de realizações. Os BRICS foram criados diante da necessidade de nos reunirmos para fazer face à grave crise que se iniciou nos anos 2007-2008. Hoje, mesmo aqueles mais céticos reconhecem a contribuição que o grupo ofereceu, seja no debate dos temas mais candentes da economia internacional, seja por ter colocado na ordem do dia a importância do crescimento da inclusão social e da preservação e conservação do meio ambiente, tais como definimos na Conferência do Clima Rio+20”.

“Em nossa diversidade os países do BRICS estão unidos pela

capacidade de enfrentar grandes problemas mundiais, pelo fato de serem países continentais com populações elevadas, com grandes desafios pela frente. Essa comunhão de similaridades também contempla uma ampla diversidade e uma ampla diferença que permite que as nossas economias sejam complementares. E após esses cinco anos de intensa cooperação, somos uma instituição que reúne quase a metade da população do planeta, a quarta parte do PIB global, 4,5 trilhões em reservas internacionais. Temos força suficiente para responder à responsabilidade que pesa sobre nós, a responsabilidade de suprir as deficiências a que nossas populações, nos últimos séculos, foram condenadas. E ao mesmo tempo, avançar no rumo do desenvolvimento e do crescimento, e muitas vezes substituindo em dinamismo as economias mais avançadas. Hoje, temos a honra de ter a presidência do G-20 sendo constituída por um dos países integrantes do BRICS, a Federação Russa, que certamente tem todas as condições para levar a pauta do crescimento, do emprego, da infraestrutura à reunião dos 20 países que se agrupam no G-20, a esse fórum de cooperação econômica”.

E sobre o cerne da questão estratégica – para que servem os BRICS – mostrou sintonia com o que defende Putin: “Os países BRICS atuam juntos, em prol do crescimento inclusivo, de um crescimento que garanta o bem-estar de suas populações, que torne as pessoas e os integrantes dos nossos países o centro do desenvolvimento. Para isso, tenho certeza de que a presidência russa do G-20 vai impulsionar mais uma vez a agenda fundamental da superação da crise econômica. Nós defendemos também instituições multilaterais de governança econômica e política, tais como o Conselho de Segurança e o Fundo Monetário Internacional, por exemplo. E, nesses fóruns, é importante que reflita o peso específico dos países

BRICS e dos países em desenvolvimento em geral, para que a representação e a governança sejam mais democráticas”.

Como a agenda do grupo é complexa num ambiente de crise, disse, é preciso um passo à frente na cooperação, com contornos concretos, como o banco BRICS e o arranjo contingencial de reservas. (...) Os BRICS, segundo Dilma, “têm também dando grande contribuição para a recuperação da economia internacional, devido ao dinamismo dos nossos países e das nossas economias. Hoje temos de ter em mente que se as economias avançadas se contraem, devemos fazer todo o esforço para ampliar as nossas próprias economias, os nossos próprios mercados. Se faltam investimentos nas economias avançadas, se faltam oportunidades de investimento, vamos ampliar os nossos próprios investimentos; e se há escassez de financiamento vamos criar fontes de financiamento de longo prazo”. E arrematou: “Se há uma afinidade entre todos os BRICS é a consciência da importância para os nossos países do investimento em infraestrutura. Seja infraestrutura econômica, logística, infraestrutura social. O investimento em infraestrutura, além de ser uma alavanca na inclusão social, é excelente instrumento para nossa competitividade, reduzindo custos, ampliando a capacidade produtiva, eliminando gargalos, sendo, portanto, um importante mecanismo anticíclico de estímulo às economias”.

“Desafiando cétricos, a África é hoje uma região em processo de transformação política e econômica, que vem construindo sua estabilidade, um continente a cada dia mais rico em possibilidades e realizações”, disse Dilma. “Segundo dados internacionais, dos 10 países com maior crescimento previsto até 2015, sete são africanos, o que é uma ótima notícia para o mundo e para a redução das desigualdades entre as regiões do mundo. (...) Estou certa de que o

século XXI será de afirmação do mundo em desenvolvimento. Nós vamos reduzir a distância econômica e social que ainda nos separa dos países mais avançados. Seremos, BRICS, África e América do Sul, protagonistas decisivos deste novo cenário histórico de uma cultura de paz, de solidariedade, de justiça social e de cooperação fraterna. Alegra-me muito pensar que poderemos fazê-lo juntos”.

Foto: Bild/Reuters



Brasil e China: o acordo de moedas (Durban, março 2013)

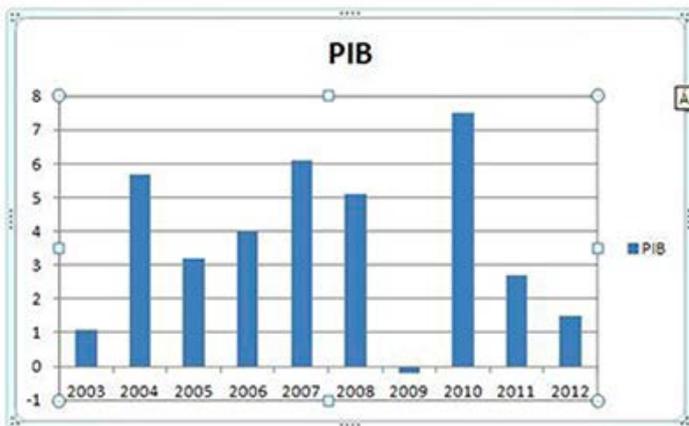
Sem EUA e UE, com o Japão afundando numa dívida pública que supera 240% de seu PIB, o mundo abriu “vaga” para novos atores, como os BRICS. No G20, desbancaram o clube fechado do antigo G7, que explodiu com a Crise 2.0. Exceto a China, que mantém estrutura estatal controlada de forma centralizada, os demais países do grupo já passaram por toda sorte de ajustes, com desmonte do Estado e várias quebras econômicas, mas sobreviveram à hecatombe da crise atual.

Os BRICS enfrentam desafios próprios de grande complexidade, como infraestrutura, cadeia produtiva e, principalmente, crédito, como

destacou Dilma. As torneiras fechadas nos EUA e na Europa pioraram o ambiente. Mesmo as soluções de financiamento mútuo e cesta de moedas comuns não foram plenamente postas em funcionamento. Ainda assim, nos próximos dois anos, com os números incertos dos EUA e o retrocesso da UE, sobrarão os BRICS como alternativa de crescimento e modelo de combate à crise.

A SAÍDA BRASILEIRA

Os dados da evolução do PIB do Brasil nos últimos 10 anos nos ajudam a entender como a crise geral se expressou na economia:



Percebemos que houve um ciclo virtuoso de 2004 a 2008, cinco anos de intenso crescimento, que se interrompeu apenas em 2009, com o momento mais crítico da economia dos EUA e da UE, que fecharam suas torneiras ao mundo inteiro.

Diante da possibilidade de queda geral, o ex-presidente Lula teve

papel fundamental à frente da economia brasileira ao promover acordo, ainda que precário, com os países BRICS, impulsionando o G20 e ampliando a capacidade política e de intervenção no debate internacional. Para isto, a equipe econômica do governo Lula ousou muito, soltou alguns freios, apostou firme em investir em plena crise. A resposta foi imediata: em 2010 e 2011 a economia cresceu e se manteve em bom patamar no ano seguinte.

A aposta de Lula, seguida por Dilma, era de que EUA ou UE superariam a crise em três ou quatro anos, o que parecia plausível naquele distante novembro de 2008. O Brasil então soltou às amarras da economia para crescer e aguardar que um novo ciclo se iniciasse. O que percebemos é que o auge deste processo se deu até julho de 2010 – o ciclo virtuoso começava a ter problemas. Com a paralisia do mercado mundial, a inflação ameaçava o crescimento interno. Em agosto de 2010 começou lento processo de ajuste, uma tentativa de acomodação “suave” do Brasil diante da crise. Percebia-se que a crise econômica mundial seria mais longa. Os EUA e (muito menos) a Europa não davam sinais de que retomariam o ciclo virtuoso. Ao contrário, os constantes QE (expansão da base monetária) exportavam a inflação do centro desenvolvido para o mundo, o que dificulta em muito os ajustes locais.

O GOVERNO DILMA

Dilma recebeu o governo em situação bem melhor que a de Lula ao suceder FHC, mas sob turbulência mundial muito maior, na qual a crise na Europa, por exemplo, apresenta cenário de recessão longa. Os EUA, com sua tímida retomada, não garantem um novo ciclo de crescimento, principalmente porque a ameaça passou a ser Zona do

Euro. São dois anos de voo baixo, lutando a duras penas para não pousar de vez. Ainda assim os resultados no Brasil são significativos, como o mercado de trabalho em expansão.

Mas quem lê as manchetes dos jornais do Brasil entra em pânico. Afinal, o FMI e a OCDE dizem que o PIB brasileiro cresceu “apenas” 0,9% em 2012. Parece ser regra geral da grande mídia local se “assustar” e criar clima de desespero geral nas manchetes, deixando para as matérias internas alguma verdade – que, inclusive, nega a manchete principal. E não é só a grande mídia que acossa o governo. Do “lado de cá” a pressão é a mesma, ou maior: nosso “lado” não consegue refletir sobre o exato momento que o país atravessa. Claro que há um erro grave de comunicação no governo, mas também não há esforço em entender o que se passa.

A terceira eleição presidencial petista, em ambiente interno de crescimento, mas externamente ameaçada pela crise, levou objetivamente a uma mudança de rumos, a recuos necessários para uma longa transição econômica, quase isolada por um mundo em queda. Esquecer este “pequeno” detalhe é imperdoável para qualquer posicionamento sério. Dilma recebeu um país infinitamente melhor do que Lula recebera, mas os desafios são bem mais complexos. O mundo totalmente interligado facilitou ampla expansão de exportações com Lula, mas agora se restringe com a crise.

A economia é a centralidade do governo. Não se trata de economicismo, é a realidade. Renegá-la ou partir para “aventuras” pode nos devolver ao passado: basta ver nosso vizinho-irmão, a Argentina. Não adianta fazer estripulias, depois o país não tem saída. O Brasil hoje é a sexta maior economia do mundo, tem mais responsabilidades, é uma economia muito mais complexa, que enfrenta crise externa terrível. Quem lê no blog o Crise 2.0 sabe do que se trata. Não significa

“absolver” o modo Dilma de governar, mas entender o que se passa, o que se pode fazer neste momento.

A resposta, agora, parece clara: sim, a Crise 2.0 chegou aqui, por volta de agosto de 2010, mas o Brasil não vergou, o que é muito, muitíssimo. Mesmo num cenário pessimista como o da OCDE, o Brasil não recuará, mas o nível de compreensão e apoio terá que ser maior, muito maior. Os altos índices de popularidade demonstram a confiança no governo – apesar do baixo crescimento geral, uma série de medidas aproximou o governo do dia a dia das pessoas. A tarefa é enorme: não cair e ser esperança para os BRICS e também para o mundo.

PARA ONDE APONTA ESTE MODELO?

A saída para a Europa parece ainda mais distante que para os EUA. Os dois lados (Fed e BCE) atuaram conjuntamente nos imensos QE (a expansão da base monetária). No caso europeu serviu de recapitalização dos bancos, uma espécie de “pagamento” dos empréstimos não pagos pelas economias mais destruídas pela crise. Há um imenso estoque de títulos e moedas sem que se empreste a ninguém, pois a remuneração é baixíssima e sem garantia de que se paguem, como nos casos de Espanha e Itália. Provavelmente será usada nas privatizações que desmontarão os Estados, já quase sem soberania.

Assim, a crise tende a permanecer por mais tempo. Não haverá trégua, embora nada indique que seja uma “crise terminal”, que o capital vá cair de podre e outras falácias. Nos momentos em que o sistema entra em curto-circuito vão se abrindo possibilidades históricas para seu total questionamento, para sua ruptura, mas isso não significa o fim em si – falta a ação consciente para romper. Pelo que verificamos, não gestamos forças para este momento, nem mesmo para nos defender

dos males terríveis das forças produtivas em movimento, o que significa, em última análise, que os trabalhadores e o povo pagam a dolorosa conta da crise.

Mesmo com todas as dificuldades e as diferenças, os BRICS ousaram construir algo diferente. Torcemos para que vingue e floresça essa esperança de um novo mundo, multipolar, como tão bem pediu o presidente Putin, da Rússia. A saída apontada pelos BRICS é totalmente diferente das implementadas pelos EUA e a UE, provando que há, sim, alternativas no combate à crise. O que falta na Europa, principalmente nos países mais afetados pela crise, são forças políticas para seguir o modelo dos BRICS, rompendo com o euro e a Troika.

PARTE V

O “lado b” da UE

Foto: El País



**“Deixai, ó vós que entrais, toda a esperança”
(Dante, Canto III, Infernum)**

Era 2005, a Europa acabara de se unificar e vivia período de crescimento e grande otimismo, fruto do modelo de créditos sem

limites. Bancos alemães e franceses entupiram a periferia de capital, numa ciranda mágica de opulência sem fim. Países como Espanha, Portugal e Grécia foram artificialmente “enriquecidos”, o Leste já não existia para assustá-los. O modelo não era distributivo, e sim de empréstimos sem lastro na economia real. A Alemanha tornou-se o carro-chefe do modelo, com sua grande produtividade e produção tecnológica, além de grandes bancos a financiar seu comércio externo. Tudo isso fez com que a Europa inteira se tornasse completamente dependente de seus produtos e serviços.

Em menos de 10 anos, o superávit comercial alemão ultrapassou 1 trilhão de euros. Em 2007, com a queda dos Estados Unidos, os mesmos sintomas de superprodução abalaram a Zona do Euro. Com um agravante: a União Europeia não tem centralidade política ou fiscal, apenas um amplo acordo de moeda única e “livre comércio”, que deve ser lido como da Alemanha para os demais.

Jean Pierre Roth, ex-presidente do Banco Central Suíço, resumiu: “A Europa está entrando em nova fase de incertezas que *pode durar uma década*” (*Estadão*, 30/10/2011). No mesmo jornal, longa entrevista de Kenneth Rogoff, economista-chefe do FMI entre 2001 e 2003, dava visão sombria: “É muito provável que um ou até mais países deixem a Zona do Euro”. Restava aos governos europeus pedir à China e aos demais membros dos BRICS que os salvassem: os chineses até compraram títulos italianos...

A revista alemã *Der Spiegel* concluiu que os políticos europeus manipulam seus cidadãos, não expondo claramente o tamanho da crise, e nos bastidores só enxergam duas opções para a Zona do Euro: a) Governo central forte, algo como Estados Unidos da Europa – um tiro no escuro, pois nenhum político sabe o real significado disso, fora a falta de um Bonaparte que os lidere; b) Redução da Zona do Euro a

países que realmente tenham economia e padrão de consumo comum, excluindo os que não se ajustem, erigindo-lhes novas barreiras;

A Europa entrou em seu sexto ano de crise, com um novo choque, denominado Austeridade – o aprofundamento da solução “neoliberal” –, dando sinais evidentes do fracasso cabal deste tipo de saída. Parece crucial, do ponto de vista do capital, que as antigas glórias do Estado de Bem-Estar Social sejam quebradas. A situação lembra em muito o que a América Latina viveu nos anos 80/90, como também o Leste europeu. O capital precisa de “sangue novo”, das antigas estatais, dos cortes sociais, da concentração bancária e fiscal.

Uma “nova” etapa, a união fiscal, decidida em outubro de 2011, combinada à punição dos que não cumpram as metas, foi imposição da Alemanha, que, por sinal, não as cumpre, mas tem o poder de impor aos demais uma disciplina rígida. Passados 18 meses da decisão, Merkel, em plena campanha eleitoral, dá-se conta de que já não é possível seguir no mesmo rumo: a crise piorou generalizadamente, praticamente sugou a Espanha, depois de já ter engolido Portugal, Irlanda e Grécia. A realidade é que a austeridade se mostrou ineficaz, principalmente num ambiente de retrocesso econômico.



A ITÁLIA E SEU ETERNO ATOLEIRO

A crise econômica que atingiu a Itália só não é maior do que a crise política. Aspectos peculiares de seu desenvolvimento econômico, em particular a crise de representação política, retroalimentam incessantemente a conjuntura do país pelo menos desde 1992, quando houve a Operação Mãos Limpas. Alguns fatos:

- A Operação Mãos Limpas foi um amplo processo político e judicial de limpeza das instituições republicanas;
- Os partidos tradicionais, Democracia Cristã, Socialista e Comunista, sofreram duro golpe de credibilidade a partir da demonstração de suas relações incestuosas com a máfia;
- O resultado foi ampla reorganização no espectro político partidário italiano, incapaz contudo de evitar o pior: o ressurgimento burlesco do neofascismo;

- Reagrupados em torno de figuras exóticas, em particular o magnata corrupto Silvio Berlusconi, os neofascistas rapidamente chegaram ao poder, galvanizando a descrença generalizada nos políticos tradicionais;
- A chegada da Zona do Euro inicialmente amenizou a situação interna de perda de competitividade e importância da economia italiana;
- A necessidade de canalizar recursos e reestruturar as economias que aderiam ao euro, em certa medida, beneficiou a Itália para que não se tornasse o centro das preocupações;
- Mas a cambaleante economia local, com altos índices de desemprego, subemprego e larga precarização do mercado de trabalho, jamais escondeu a crise;
- A combinação de governos bufos e economia baseada em grande endividamento público foram minando a Itália.

EM QUEDA E SEM GOVERNO

A dívida pública é hoje de 1,80 trilhão de euros, mais de 120% do PIB. Quando estourou a crise da dívida italiana, o país estava em seu pior momento político, pois o governo farsesco de Berlusconi enfrentava problemas judiciais, acentuados com o caso do “Lodo Mondadori”, episódio da chamada “Guerra de Segrate”: Carlo De Benedetti disputava na Justiça a posse da Arnoldo Mondadori Editore, cujo controle o premiê usurpara em 1991. Acusado de subornar juizes, Berlusconi ainda enfrentava processos por corrupção, fraude e incitação de menor à prostituição.

Com a crise, Bruxelas impôs a demissão de Berlusconi. Assumiu o governo em seu lugar Mario Monti, sem mandato ou eleição, como

parte do acordo para ajuda da União Europeia – desde que também adotadas as reformas econômicas, leia-se Austeridade, o plano da Troika (BCE, UE e FMI) que assombra Portugal, Grécia e Irlanda. No caso italiano, não era uma tarefa simples: trata-se da terceira maior economia da Zona do Euro, um país com longa tradição de lutas e um estado de bem-estar social e de direito consolidados. A quebra de tal estrutura, sem respaldo popular, não iria longe. Em janeiro de 2013, Monti renunciou.

Com toda a confiança do “mercado” e amplo apoio da Troika, o governo de Mario Monti foi um fracasso: nenhuma reforma seguida, igual déficit público, números da economia piores. As eleições gerais colocaram a Itália no olho do furacão. A desconfiança no governo era de 82% e no Parlamento, de 89%, um desastre completo. Não por acaso, o comediante e antipolítico Beppe Grillo chegou em terceiro lugar, com 25%, superando o candidato da Troika, Mario Monti, com 10%.

O Partido Democrático (de centro-esquerda, reunindo ex-PCI, socialistas e intelectuais), liderado por Pier Luigi Bersani, teve 31% votos; o bufão neofascista Silvio Berlusconi levou 30,5%. À direita ou à esquerda, mesmo via comediante, a Itália rechaçou de forma inequívoca a solução de austeridade da Troika, cujo candidato foi atropelado. O duro recado mandado a Merkel e aos burocratas de Bruxelas: não adianta tentar impor seus planos, a Itália barrará. Uma questão, porém, permanece viva: que tipo de acordo a Itália fará com a Troika para obter tempo e dinheiro para arrumar a casa?

IMPASSE POLÍTICO

O impasse gerado pelas urnas degrada ainda mais a cambaleante

economia do país. A relação Dívida vs PIB, de 126%, só é menor que a da Grécia, que antes da quebra era de 170%. O desemprego em elevação é explosivo entre os jovens, e não mereceu medidas políticas no governo Monti. Para completar o quadro, o PIB recuou 2,2% em 2012, com projeção de mais queda em 2013 e 2014. Nada indica que o novo primeiro-ministro terá espaço de manobra se persistir nas políticas da Troika; ao contrário, o resultado tende a ser mais desastroso, como demonstra a Espanha: legitimado o novo governo de Mariano Rajoy, que segue a receita da austeridade, o país desabou.

O presidente da França, François Hollande, fez pronunciamento muito duro sobre a questão da Itália, alertando que a política de austeridade foi repudiada pelo povo e não há como insistir nesse caminho. Segundo Hollande, o caminho da França, de buscar políticas de crescimento, é o único possível, e a UE deve mudar as regras do jogo, ou perderá o sentido de existir.

Do lado de Berlim, como era de se esperar, a preocupação é com os “mercados”, que podem ser contaminados pelas incertezas vindas da Itália, a terceira maior economia da Zona do Euro. Segundo *El País*, o ministro alemão das Finanças, Wolfgang Schäuble, comparou a Itália de hoje à Grécia e disse que o cenário político italiano aumenta o risco de instabilidade do mercado. “*A Itália é um caso grave, contagioso, infeccioso para a Europa*”, disse. A crise não está fechada, declarou, alertando para o perigo da tentação de uma mudança.

Mesmo no caos, o ministro aproveitou para ameaçar a Itália e não apenas ela, a Zona do Euro, para que não se afastem da política de austeridade – exatamente o contrário do que diz Paris. Segundo o jornal espanhol, o fato é que já não há mais consenso em relação à austeridade.

“O ajuste é necessário e essencial, mas vendo os números mais recentes da recessão é evidente que falta simetria: alguns países, como a Alemanha, poderiam fazer mais do que fazem, dizem fontes europeias. Se no fim deste ano, ou seja, após as eleições alemãs, a política europeia não tiver resultado, será a hora de fazer uma curva, dizem as mesmas fontes”.

A Itália continua sem governo, parece incrível: o país vive no limbo há meses, mesmo depois de uma confusa e tumultuada eleição, em que a esquerda “ganhou” com pequena minoria. O presidente Giorgio Napolitano confiou ao PD, de Pier Luigi Bersani, a formação de um novo governo. Por mais de um mês e muitas tratativas, em 28 de março o presidente foi informado do fracasso, não havendo possibilidade de acordo entre os partidos – o PD desistiu de governar.

As alternativas são: a) Um governo do presidente; b) Novas eleições. Para um país que não tem maioria alguma, parece claro que o caminho será uma nova eleição, em junho, o que prolongará ainda mais a angústia dos italianos. Informou o site EuroNews:

“Depois de um governo tecnocrata, a Itália está agora dependente de uma comissão de sábios para tentar solucionar as divisões entre os partidos nacionais. Uma ‘batata quente’ nas mãos do presidente do país, que se arrisca a aumentar a desilusão dos italianos com a classe política, expressa já nas urnas em fevereiro”.

A “novidade” na eleição foi o “voto nulo” com rosto, representado pelo comediante Beppe (Bicho) Grillo, que elegeu 108 deputados – algo como se Tiririca criasse um partido e superasse todos os demais em sua primeira disputa.

“É o caos habitual, as decisões são totalmente inadequadas e sem qualquer respeito pela constituição, soluções que estão totalmente desligadas da realidade. Basicamente penso que isto vai terminar mal para todos nós’, afirma um habitante de Roma. Uma moradora: ‘Para ser honesta, esperava que o PD, o PDL e o movimento de Beppe Grillo mostrassem finalmente alguma responsabilidade, pois não estamos longe de bater no fundo’”. (EuroNews, 1/4/2013)

Continua o site: “O arrastar do impasse pós-eleitoral coincide com a recessão mais longa a atingir o país nos últimos 20 anos. Vários analistas temem que o chamado ‘governo do presidente’ seja apenas uma forma de adiar o inevitável, a convocação de novas eleições em junho. O futuro da Itália está, agora, nas mãos de um grupo de homens que o presidente Giorgio Napolitano escolheu para tirar o país do impasse político. As dez figuras selecionadas criteriosamente pelo chefe de Estado, divididas em duas “comissões de sábios”, iniciam, esta terça-feira, uma série de reuniões.

Ou seja, o velho conselho dos sábios, uma instituição grega e romana, voltou à cena, numa tentativa desesperada de Giorgio Napolitano de formar um novo governo. Mas não parece simples, pois há uma vasta contestação, a começar por (Bicho) Grillo, que quer nova eleição: ele sabe que pode vencer com maioria mais clara – pelo menos era este o sentimento em fevereiro de 2013. Prossegue o EuroNews:

“O primeiro painel inclui acadêmicos e representantes de partidos políticos, deixando de fora o Movimento Cinco Estrelas, de Beppe Grillo, o que este já veio vivamente contestar. O segundo grupo integra o presidente do Instituto Nacional de Estatística, o

responsável pela Autoridade da Concorrência, o presidente do Tribunal Constitucional, um diretor do Banco de Itália e o ministro dos Assuntos Europeus. Note-se que os homens que têm a missão de refletir a vontade da Itália e resgatá-la do bloqueio político, após o fracasso de Pier Luigi Bersani em formar governo, são precisamente isso, homens. Não há uma única mulher em nenhuma das duas comissões, o que é fortemente criticado por vários setores da sociedade. No seu blog, Beppe Grillo, a figura incontornável que recusa colaborar com qualquer dos grandes partidos do sistema italiano, acusando-os de corruptos, escreveu que o país não precisa de “falsos negociadores” e que a democracia não necessita de “auxiliares”.

A postura de Giorgio Napolitano é tentar evitar novas eleições. O medo de que (Bicho) Grillo atropеле de vez os demais partidos, que crie um novo tipo de governo, ainda mais caótico, assombra as velhas raposas italianas. O risco é grande. Se tal comissão fracassar, o palhaço terá mais voz. Por outro lado, sua postura de não negociar pode afugentar novos apoios. É preciso esperar para ver o resultado prático.



CAI O EX-TIGRE EUROPEU

A grave crise econômica já tinha abalado a Espanha no fim de 2010, numa combinação de desemprego maciço e crescimento negativo, praticamente destruindo o governo de José Luis Rodríguez Zapatero (PSOE). Em 2011, uma onda de indignados ocupou por meses as principais praças do país, principalmente a Puerta Del Sol, em Madri, que concentrou os debates e expôs a inviabilidade do país, outrora visto como um “tigre” europeu.

No fim do ano, a derrota dos “socialistas” espanhóis foi massacrante. De socialista já nada havia desde que Felipe González levara o partido ao centro, sendo derrotado em 1996: além do cansaço de 14 anos de governo, já não mostrava grandes diferenças para o PP de José María Aznar: durante o governo González foram tomadas todas as medidas neoliberais. Mas em 2004, após o ataque da Al Qaeda a Madri, em represália à participação da Espanha de Aznar na guerra ao

terror de Bush, o PP tentou incriminar o ETA e perdeu a eleição, que parecia ganha, para o PSOE.

O governo de Zapatero foi desastroso, e a derrota para o PP de Mariano Rajoy, mera consequência da política econômica, com vertiginosa queda da Espanha, imenso desemprego, o país paralisado politicamente. Não restava dúvida de que o PSOE seria derrotado. Mas foi muito mais, o partido acabou devastado. A vitória do PP de Rajoy resultou estrondosa:

- Na Câmara: 186 deputados contra 110 do PSOE, redução de 59 cadeiras;
- No Senado: 136 senadores contra 48 do PSOE;
- Nas províncias, os confrontos diretos entre PP x PSOE 39 x 2;
- A pior derrota do PSOE desde 1977.

A vitória do PP, partido identificado com o franquismo, teve componente ainda pior: setores da extrema-direita religiosa, Opus Dei à frente, assumiram a máquina partidária. Sem qualquer programa formal ou compromisso eleitoral, apenas negando o governo Zapatero, Mariano Rajoy ficou com as mãos livres para impor um duro ajuste, seguindo as recomendações de técnicos alemães, emprestados por Merkel para elaborar o plano de governo, duas semanas depois de sua vitória – algo surreal.

Eleito numa campanha despolitizada, sem empolgar ninguém, com a maior abstenção da história política espanhola, a campanha do PP rumo à retumbante vitória resumiu-se a apontar o desastre da economia, o desemprego galopante, nada de propostas ou compromissos, apenas negação. Eventualmente Rajoy prometia não aumentar impostos, trabalhar para sair da crise, e só. De cara nomeou Luis Guindos, ex-

executivo do falido Lehman Brothers e do FMI, para a pasta da Economia: uma forma de agradar os sócios europeus.

Luis Guindos não se fez de rogado, apresentou pacote de corte do orçamento de 15 bilhões de euros, com redução do déficit público para 6%, corte de funcionários e, logo a seguir – no primeiro sinal de que campanha sem projeto claro é cheque em branco –, aumento de impostos. Sem novidade, a Itália com seu “tecnocrata” Mario Monti aumentou 50 impostos. Mas o ultraliberal Rajoy surpreendeu até suas hostes. *El País* disse que a medida “foi tomada depois que *Berlim* passou a dar as cartas na elaboração do plano”. (*Estadão*, 3/1/2012)

2012, O ANO “MAIA” DA ESPANHA

A economia foi entregue a dois ineptos, Luis Guindos na Economia e Cristóbal Montoro na Fazenda. A dupla fechou questão na aceitação incondicional da famigerada política econômica da Troika, que já havia levado ao caos Irlanda, Portugal e Grécia. Os dois sincronizaram as declarações desastrosas. “A Espanha tem alguma opção que não seja a austeridade neste momento? Nenhuma. A Espanha tem de fazer seus deveres, lançar sinais claros ao mercado, cortar e reformar *tudo* o que for necessário, demonstrar que é um país sério para recuperar a credibilidade perdida. Só assim voltará a confiança”, lançava Guindos. Seu par, Cristóbal Montoro, ecoava: “Todas as comunidades autônomas deverão apresentar equilíbrio ou superávit orçamentário”.

Repetia Guindos: “O compromisso da Espanha com a *austeridade é total*” ou “O compromisso da Espanha com a *redução do desemprego é total*”. *El País* ironizou: “Tudo para Guindos é total, inclusive a reforma trabalhista e bancária (...); a ideia é fazer política de oferta: o mandato dos eleitores passa por aprovar uma reforma

trabalhista dura ou muito dura, e quanto aos bancos, uma nova reforma financeira sem pôr dinheiro público”.

A economia continuava em queda, mas Rajoy seguia meticulosamente as imposições da Troika. Cortou 27 bilhões de euros do orçamento. Como o “Deus Mercado” não lhe deu resposta, propôs-se a cortar mais 10 bilhões – em saúde, educação e serviços públicos. Era um buraco sem fundo, quanto mais cortava mais piorava a vida da população, enquanto para o “mercado” parecia pouco. Uma radical flexibilização do mercado de trabalho, facilitando demissões, não alterou o quadro de desemprego, pelo contrário, piorou-o.

A decadência espanhola, assim como a italiana, preocupa a Zona do Euro, pois juntas são 33% do PIB regional. Ambos os países têm governos fracos, cativos do mercado, via Goldman Sachs na Itália e Lehman Brothers/FMI na Espanha. Parece óbvio que, sem intervenção do BCE e da UE, a solução deixada ao “Deus Mercado” tende à falência.

A queima de forças produtivas continua intensa, o desemprego aumenta e caem os preços de imóveis. No primeiro trimestre de 2012 houve queda no valor dos imóveis de 7,2%, o que piora ainda mais o resultado dos bancos. No trimestre anterior a queda fora de 6,8% – o índice vem caindo desde 2008, em linha com a queda geral da economia. Nada menos que 500 mil casas e apartamentos foram tomados pelos bancos ou por inquilinos. E o pior ainda estava por vir, justamente do setor bancário, que jogou na lona o governo Rajoy.

No início de maio de 2012, o presidente do Bankia, Rodrigo Rato, ex-chefe do FMI, integrante da ala mais radical da direita espanhola e um dos líderes do PP, pediu que o banco fosse estatizado, pois estava insolvente. O governo “liberal” do PP assumiria a conta, que em princípio seria simples: o governo perderia 4,5 bilhões de euros e poria

novos 4,8 bilhões. Decreto presidencial selou tudo. Em menos de uma semana um segundo decreto elevava a fatura a 6,2 bilhões suplementares. Pouco depois o ministro Guindos jurou que fecharia a conta “final” em 7,5 bilhões de euros. Só que a conta “final” já estava em 12 bilhões de euros, valor que superava o corte em saúde e educação, de 10 bilhões.

Em 18 de maio de 2012 houve uma corrida desenfreada aos caixas do Bankia e suas ações caíram quase 30% no dia seguinte. É que a controladora do Bankia pedia mais 19 bilhões de euros ao governo, totalizando astronômicos 23,5 bilhões. Apenas para comparação: o Proer de FHC, atualizado, daria o mesmo, mas foi para toda a banca nacional. Na Espanha, um banco sozinho levou essa bolada. A fatura total da banca espanhola pode chegar aos 70 bilhões de euros. No Parlamento corria luta surda entre PP e oposição para que não fosse instalada CPI que investigue os crimes por trás da quebra, como estampou *El País*.

Em apenas 12 meses, de julho/2011 a junho/2012, em números líquidos consolidados (entrada vs saída) deixaram a Espanha 300 bilhões de euros, mais de 20% do PIB, ou, em termos comparativos, quase duas Grécias. O PIB espanhol, de cerca de 1,4 bilhão de euros, vinha estagnado desde 2010, com leve queda em 2011. Em 2012, queda de 1,3%, que pode ser substancialmente maior em 2013 e 2014.

O país mergulhou na crise num nível sem precedentes: altíssima taxa de desemprego, um em cada 4 trabalhadores; 23% da população no limite da pobreza; mais de 50% dos jovens sem emprego ou qualquer esperança. Várias crises se somaram na Espanha: dívida pública, dívida das províncias, quebra dos bancos. O Estado, sem dinheiro, conseguiu um resgate parcial, desde que novos cortes fossem feitos – o que estava sendo rigorosamente cumprido. O chamado

Tesouração foi aprovado em 20 de julho. Mesmo assim todos os indicadores pioraram, nada voltou a termos aceitáveis.

MONARQUIA DECADENTE

Um capítulo à parte na grave crise que abate a Espanha foi o papel da casa real, atingida em cheio por escândalos protagonizados pelo duque Inaki Urdangarin, marido da princesa Cristina, a caçula do rei. Urdangarin era presidente do Instituto Noos, organização sem fins lucrativos que manipulava fundos públicos e privados. Foi acusado formalmente pelo juiz José Castro, instrutor do caso; Urdangarin e seu sócio, Diego Torres, prestaram depoimento e tiveram o sigilo quebrado. Urdangarin era também do conselho de administração da Telefónica, uma das maiores empresas do país, com a função de “lobista”. A própria princesa Cristina foi acusada de participar do esquema Noos.

A crise expôs a casa real. O rei, autoritário, deu ordem de silêncio – ele próprio um falastrão de passado conivente com a ditadura espanhola –, mas teve que abrir o bico e revelar toda a dimensão da boa vida que a família goza, apesar da situação de miséria do país:

- O rei Juan Carlos recebe 292 mil euros anuais de salário, livres de qualquer imposto;
- Tem 507 funcionários à disposição, sendo 80 apenas na casa real;
- Os seis membros da família contam com 71 motoristas;
- A despesa direta da família real é de 8,4 milhões de euros, excluídos 140 milhões pagos pelo Estado para manutenção da casa real, 57 milhões de euros para veículos, 6 milhões com salários de funcionários;

- Todas as despesas de viagens do rei e da família são pagas pela chancelaria. A família real é isenta de tarifas públicas, água, luz ou gás.

Meses depois, o rei voltou a constranger o país, quando caiu durante um safári na África, pago por empresários amigos. Presidente da WWF, o rei estava lá caçando elefantes.

SEPARATISMO E RESISTÊNCIA

A resposta da população aos seguidos cortes públicos e à perda de soberania que se avizinha tem sido intensa: além de protestos em massa, a Espanha dá a impressão de estar em processo de dissolução interna, com movimentos de ruptura das comunidades autônomas rumo à construção de estados independentes. A vitória esmagadora da extrema-direita nas eleições e a imposição de mais austeridade só pioraram o clima geral de empobrecimento e os velhos sentimentos de autonomia total reafioraram. Referendo na Catalunha, se concretizado, poderia sinalizar o fim da Espanha como a conhecemos hoje. As ameaças veladas do governo central, de que não aceitará um plebiscito da Catalunha, impedindo a independência pelo voto, trazem o risco de uma guerra civil.

A maior ruptura, porém, é social. O desemprego maciço está combinado à baixa formação da mão de obra – além de desempregados, os jovens também estão fora das escolas e das universidades. Apesar disso, um dos focos de corte orçamentário foi a educação, o que indica não haver política visando à competitividade, exceto na oferta de baixíssimos salários, mas sem qualificação. A sociedade vive em ebulição, com muitas manifestações contra um

governo fracassado, isolado politicamente e divorciado do povo.

A depressão na velhice tem aumentado de forma alarmante na Espanha nos últimos cinco anos, em mais um efeito da crise. Há apartamentos em que vivem até quatro famílias: os idosos são duplamente punidos, pois têm que usar suas pequenas economias e aposentadorias para sustentar filhos e netos. Reportagem de *El País* mostrou o cotidiano de um casal de aposentados cujo apartamento era garantia do negócio de um filho: com ordem de despejo, conseguiram um acordo de ficar no imóvel até a morte de ambos, pagando 300 euros mensais, um terço de sua aposentadoria. Estavam revoltados: o governo salva os bancos e fecha os olhos aos devedores pobres.

O que sobrou ao governo neofascista de Rajoy foi a repressão aberta, enfrentando as manifestações com força desmedida e intimidatória. Em 25 de setembro de 2012, no 25S, centenas de milhares de pessoas saíram às ruas e as forças de segurança agiram com furor, prendendo e batendo. Os presos ficaram incomunicáveis, nem se sabendo para onde haviam sido levados.

As desastradas falas de Rajoy conclamando a “Maioria Silenciosa” a reagir receberam deliciosa resposta de Pedro Almodóvar, o grande cineasta espanhol, em belo artigo no *País*, “Realidad y Narración”. Nele deixa bem claro que, mesmo ausente no 25S, não estava em silêncio.

A inabilidade generalizada de um governo neofascista, que não debate com seu país empobrecido e cheio de tensões regionais, é a marca de Rajoy. Seu ministro da Educação elaborou pacote de medidas que reduz, por exemplo, o ensino de catalão. Parece até provocação, mas o *modus operandi* da direita grosseira é afrontar, tensionar ao extremo, criar conflito em qualquer coisa que possa ser motivo para mais discórdia. A vice-presidente, Soraya Santamaría, avisou que

poderia usar de força para impedir qualquer separação. Nem consulta popular está nos planos: “Consulta não é legal, e a lei prevê mecanismos para parar qualquer ilegalidade”.

A situação da Espanha é crítica, mas sempre pode piorar – este parece ser o caminho escolhido por Rajoy e sua trupe neofascista. No front externo se submete à Troika, mas não pede o resgate total, num perigoso jogo de frágil equilíbrio. Já no front interno reprime os movimentos sociais de forma violenta, aprofunda os cortes, provoca imensa desagregação social e é extremamente inábil no trato das regiões autônomas, impondo-lhes restrições e sua nova “Espanha”.

A TRAGÉDIA GREGA

Temos acompanhado com especial carinho o destino da Grécia. As tragédias se sucederam nestes últimos dois anos de queda vertiginosa de sua economia, que nunca fora realmente forte. A adesão ao euro parecia uma oportunidade de mudar o destino de um dos países mais pobres da Europa. Todos os esforços do povo grego para aderir ao euro foram jogados fora por uma elite corrupta e entreguista. Dos bilhões que aportaram no país, boa parte foi desviada para uso privado e mesquinho.

Enquanto a farra do dinheiro fácil circulava na Zona do Euro, parecia que tudo ia bem, mas a Grécia já acumulava grandes déficits fiscais. Alguns culpavam sua mal sucedida Olimpíada. Nela o país gastou quase 15% do PIB em obras que nada mudaram a economia ou a dinâmica de desenvolvimento. O custo altíssimo e a imensa corrupção levaram rapidamente ao vermelho todas as finanças. À corrupção junta-se a ineficiência do Estado, incapaz de cobrar impostos dos mais ricos: o setor de construção naval, que controla quase a metade da riqueza do

país, é isento de impostos por norma constitucional que o protege.

Após o estouro da crise em 2008, a Grécia faliu, a exemplo de Irlanda e Portugal, os três países mais pobres do acordo da Zona do Euro. A situação grega foi a pior de todas. Em apenas dois anos seu PIB recuou 20% e sua dívida pública quase que dobrou, atingindo mais de 160% do PIB. O desemprego saltou de 12% para 28%, e entre os jovens, para aproximadamente 60%. Nos últimos oito meses de 2011, 11% dos médicos saíram da Grécia. Em pouco mais de um ano se formou massa de sem-teto em Atenas de mais de 50 mil pessoas. A fome e a miséria viraram rotina, devolvendo o país ao status pré-euro.

Obrigada a pedir socorro à Troika, recebeu resposta impiedosa. Em setembro de 2011, a Alemanha, via Troika (FMI, BCE e UE), impôs ao povo grego um governo tecnocrata, liderado por Georgios Papandreu, por coincidência um dos responsáveis pelo último *swap* de contas gregas junto ao Goldman Sachs, seu ex-patrão, com prejuízo de mais de 300 milhões de euros. A intervenção no dia a dia da Grécia e o monitoramento permanente apenas pioraram as condições da economia. As eleições aprofundaram a crise: nenhum grupo conseguiu formar um governo.

Novas eleições convocadas, veio a vitória da direita pró-acordo com a Troika. Entretanto, apesar das ameaças de Angela Merkel, a coalizão de esquerda, liderada por Alexis Tsipras, da Syriza, obteve resultado estupendo e ficou com a segunda maior bancada no Parlamento: “Vamos fazer uma oposição em benefício do povo grego. Em nenhuma hipótese vamos apoiar as medidas de austeridade. Elas não podem ir além”, prometeu.

Uma esdrúxula cláusula eleitoral grega, contudo, estabelece que o partido com a maioria dos votos possa nomear 50 deputados a mais. Isso elevou a participação da direita de 79 cadeiras para 129, enquanto

a Syriza ficava com 71. Os “socialistas”, por sua vez, caíram de mais de 100 cadeiras para 33. Mas a diferença, agora, é que os termos do acordo com a Troika não mais serão assinados por todos os parlamentares, como antes – outra exigência da Alemanha em troca dos 130 bilhões de euros da ajuda, humilhação jamais vista nem em rendição de guerra. Um parlamento que não aceita divergência.

E os acordos nem são passíveis de cumprimento. Seriam necessários 50 anos de muito esforço e miséria. Até o FMI achou tais metas inexecutáveis, segundo informou o *Estadão*. Instado por seus próprios países-membros, descontentes com as altas somas emprestadas à Zona do Euro, o FMI estaria pressionando os governos da União Europeia a tomarem medidas para aliviar as exigências feitas à Grécia em troca de ajuda financeira. A instituição argumenta que a dívida grega precisa ser reduzida a níveis sustentáveis, evitando que o país fique sem recursos e não possa pagar o que deve ao fundo. Uma saída seria que “os credores multilaterais da Grécia concordassem em perdoar parte da dívida”, informava o jornal. Proposta que enfrentou oposição firme de vários governos, especialmente da Alemanha, que já emprestaram 127 bilhões de euros à Grécia.

União Europeia e Banco Central Europeu, os dois parceiros do FMI na Troika, não parecem dispostos a qualquer recuo. Aliás, exigem mais sacrifícios. O pacote de exigências aos gregos requeria corte imediato de 11,5 bilhões de euros no orçamento, o equivalente a 15% do total, apenas até setembro de 2012, tarefa impossível de ser cumprida. Missão da Troika esteve em Atenas (lembram de quando vinham ao Brasil?) para fiscalizar. Segundo a Dow Jones, o ministro de Finanças da Grécia, Yannis Stourmaras, declarou que o país poderia colocar milhares de servidores públicos em reserva especial de trabalho, com salários reduzidos, para ajudar o governo a atingir a meta de corte

desses 4 bilhões a mais nos gastos. No fim, 1 mil servidores foram colocados nessa reserva, enquanto outros 9 mil tiveram as aposentadorias antecipadas.

O Eurogrupo, que reúne os ministros das Finanças da Zona do Euro, sempre trabalhou com a possibilidade de uma Grécia fora do euro. Nas reuniões de agosto de 2012, fizeram simulações do impacto da saída da Grécia, concluindo-se que pouco mudaria o panorama geral. O centro da preocupação do Eurogrupo são Espanha e, por tabela, Itália. A situação grega passou a ser questão menor. Achem que o que tinham que fazer já foi feito, agora “lavam as mãos”.

Foto: Euronews



Neonazistas gregos distribuem comida aos pobres de dia e açoitam estrangeiros de noite

A EXPLOÇÃO DA XENOFOBIA

A eleição de deputados da extrema-direita grega, representada pelo partido Aurora Dourada, era indicativa de um sentimento neofascista crescente entre os gregos, que se estendeu aos estrangeiros que vivem no país. Calcula-se que, além dos 800 mil trabalhadores legais, haja 500 mil “ilegais”, quase 5% da população – a maioria vinda da África ou do Leste europeu, tendo na Grécia sua porta de entrada. Chegam anualmente à Grécia 130 mil novos imigrantes considerados ilegais, a maioria pela fronteira com a Turquia, pelo Rio Evrosa. As milícias incentivadas pelo Nova Aurora atuam livremente, espancando e intimidando os “sem-papéis”, e viraram braço auxiliar da repressão estatal.

Segundo o site EuroNews, o governo usa a repressão aos imigrantes como arma política, oferecendo em especial à Alemanha a garantia de que os estrangeiros não mais passarão por seu território. De acordo com o site, numa só operação a polícia deteve seis mil pessoas por entrarem ilegalmente na Grécia, e 1.600 sem-papéis seriam deportados; 4.500 agentes participavam da operação, “com a qual o governo conservador grego tenta recuperar, como prometeu, o controle das ruas contra a imigração ilegal”. O ministro Nikos Dendias pediu calma: “Peço à população que apoie esta operação para que não voltem a se produzir, em Atenas e progressivamente noutras regiões do país, cenas que são uma ofensa à nossa civilização”.

A recessão prolongada, de mais de cinco anos seguidos, levou o país ao desespero. Empregos precários, antes aceitos por imigrantes ilegais amplamente tolerados, agora são disputados pelos gregos. Tassos Anastasiades, da associação Keerfa, resumiu: “Tentam propósitos racistas para desviar a atenção da população do que realmente está ocorrendo com as finanças no cotidiano, e põe-se nos imigrantes a culpa de todas as coisas que estão mal na Grécia”.

Do velho Estado grego sobraram apenas o aparelho coercitivo de repressão e uma burocracia falida. O país sem rumo corre a reprimir estrangeiros que lhes “roubam” até os piores empregos. Este parece ser o caminho natural para a Espanha, ainda mais por ser dirigida por um primeiro-ministro identificado com o neofascismo religioso, assim como o próprio rei.

AUSTERIDADE QUE MATA

Devorada pela crise, a Grécia não achou saída nos seguidos planos de austeridade. Os números dizem mais: segundo a agência de estatísticas Elstat, o PIB grego encolheu 6,3% no segundo trimestre de 2012 em relação a 2011. O consumo total caiu 7,2%, após recuar outros 7,1% no primeiro. Entre abril e junho, o consumo do governo caiu 3,7% e o consumo das famílias recuou 8,0%. Já as exportações recuaram 4,1%, enquanto as importações cederam 12,3%.

O primeiro-ministro grego esteve em Berlim e pediu clemência à chanceler Merkel. Disse que precisava “de ar para respirar”. A resposta foi dura: “A Grécia tem que cumprir os acordos”. Ambos sabem que é impossível exigir mais sacrifícios de um país em que os trabalhadores já perderam 35% dos salários. A Troika ainda propôs que a Grécia impusesse seis dias de trabalho, com o mesmo salário, como parte do ajuste de competitividade. É uma situação descabida. Em junho de 2012 o país igualava o índice de desemprego da Espanha, 24,4%, agora exigem que trabalhem mais dias. Ou seja, não se abririam novas vagas.

Vitoriosa a direita, as urnas nem haviam esfriado e vieram novas grandes manifestações, as mais fortes desde as eleições de junho de 2012, no momento em que representantes da Troika visitavam Atenas

para negociar mais cortes dolorosos e o Congresso votava o pacote. Com 15 mil pessoas nas ruas protestando, reprimidas por três mil policiais, o primeiro-ministro Antonis Samaras inaugurava a feira anual de comércio internacional na cidade de Tessalônica, prometendo que não haveria mais medidas de austeridade. “Esses são os últimos cortes”.

Em quatro anos a Grécia fez 39 greves gerais; em 2012, mais de 100 mil pessoas se manifestaram em frente ao Parlamento contra o acordo. Nada disso evitou que a coalizão de centro-direita votasse os cortes para 2013. Ainda assim, nada agrada aos credores, o país é refém completo. Em dezembro de 2012, a questão central era: como produzir 30 bilhões de euros adicionais em ajuda? E como reduzir a crescente dívida grega a um nível sustentável? Nenhuma opção apresentada foi aceita por todas as partes. As projeções eram fúnebres: a dívida da Grécia pode alcançar 190% do PIB em 2013.

Pobre Grécia, pobre mundo.

PARTE VI

O Estado Gotham City

Foto: Susana Vera/Reuters



Do novo Estado só sobrou a força?

Desde o início da série Crise 2.0, no blog, procurei levar ao espaço virtual os principais debates sobre as ações dos vários atores envolvidos no processo, suas visões de solução para a economia mundial.

Acompanhei de forma sistemática declarações e discursos dos principais líderes políticos, dos economistas, assim como busquei ouvir o que diziam líderes opositoristas, procurando entender a dinâmica da luta de classes neste momento agudo em que se abrem tantas possibilidades de saídas não clássicas – inclusive, a revolução.

Com este método, a série não apenas elenca os eventos, mas também rascunha teses sobre os diversos cenários que foram surgindo nestes 20 meses de trabalho. Uma das conclusões centrais a que cheguei foi a da mutação do Estado. Parte dela foi um insight conjunto com o companheiro Sergio Rauber. Identificamos que, no limite, alguns elementos desta mutação vieram com a Perestroica, que varreu os regimes do Leste europeu. A partir dos eventos da crise de 2005/2007 e a queda do “Muro de Wall Street”, o novo “Estado” se estabeleceu nos Estados Unidos e na União Europeia. A América Latina já havia passado por este ajuste nos anos 80/90.

Afinal, a Perestroica era uma construção do regime autoritário para se manter, o que era impossível à antiga URSS pelo baixo desenvolvimento tecnológico, pela economia estagnada, voltada para o setor de defesa. O Estado Perestroica era a “saída” que na China até se provou eficaz, pois os chineses fizeram a transição sem a Glasnost – que, efetivamente, derrubou politicamente o regime soviético. Do ponto de vista do Estado, a Perestroica se materializou com as privatizações selvagens, a redução do Estado de Bem-Estar Social da antiga URSS e do Leste europeu. Na própria burocracia, parte virou máfia, parte assumiu o controle das estatais.

Analisemos então a caminhada das democracias rumo a este Estado Gotham City, no qual os burocratas, via agências fundidas ao capital, não querem mais qualquer lembrança do Velho Estado do Bem-Estar Social.

A BURGUESIA REVOLUCIONÁRIA

No Século XVIII a burguesia revolucionária fez a Revolução Francesa para enterrar de vez o Estado Feudal, absolutista, centrado na figura do rei. Não que ela não quisesse um poder centralizado, apenas que não mais defendesse os antigos interesses feudais. A Inglaterra já fizera sua Revolução Burguesa bem antes, preservando o trono, tirando deste o poder determinante. A colônia inglesa também promovera sua revolução. O que havia de comum? A busca de um novo Estado, mais ainda, de um novo sistema econômico que suplantasse as formas feudais de economia.

Feita a revolução nos principais centros do mundo, o Século XIX nasceu sob a égide do capital, com a conquista do Poder Político, consequência do Poder Econômico já predominante. A burguesia então se dedicou a moldar seu Estado, a definir suas fronteiras, a construir nações e um novo mundo.

Internamente, o novo sistema já trazia a dualidade intrínseca da luta de classes: Capital vs Trabalho. A incipiente classe operária ainda imatura sofria sob a força bruta dos patrões burgueses. Submetidos a longas jornadas, com salários que mal davam para se reproduzir, os trabalhadores não tinham leis ou organizações sindicais fortes para defendê-los e organizá-los. Nem assim as crises deixavam de acontecer. Vinham com periodicidade bem definida, tendo seu maior vetor nas crises de escassez, em particular as de produção agrícola, o que levou Malthus a elaborar a famosa fórmula de que o capitalismo poderia ruir por escassez.

Marx rejeitou essa “crise de subconsumo” ou de “escassez” – a de 1846, por exemplo, na verdade era fruto de praga nas plantações –, demonstrando que as crises são associadas à superprodução de capital.

A primeira grande depressão do capitalismo se deu entre 1873 e 1895. Violenta, a crise atingira em cheio Europa e Estados Unidos, com causas na Guerra Franco-Prussiana, como contam Martins e Coggiola:

“A crise originou-se na Áustria e Alemanha, países que experimentavam um intenso desenvolvimento industrial devido, em parte, às indenizações pagas pela França em virtude da guerra de 1871. Também o Estados Unidos sofreram mais violentamente seu impacto. Os altos dividendos da indústria alemã incrementaram a especulação, que se alastrou para as ferrovias e imóveis beneficiadas pela grande oferta de crédito. Subitamente, porém, os custos aumentaram e a rentabilidade começou a cair. Inicialmente a crise foi financeira e estourou em Viena, com a quebra da bolsa de valores, seguida de falências de bancos de financiamento austríacos, alemães e norte-americanos. Nos Estados Unidos, a depressão esteve ligada à crise da especulação ferroviária. A simultaneidade na aparição de dificuldades, tanto de um lado como de outro da Mancha e do Atlântico, ilustra a integração das economias industriais em matéria comercial e mais ainda em matéria de movimentos de capitais”.(...) “A crise abriu espaço para a crescente monopolização das economias nacionais e permitiu a intensificação da expansão imperialista, acirrando a tensão entre as grandes potências capitalistas”.

IMPERIALISMO E REVOLUÇÃO

Ali se preparava um Novo Estado, que Lênin analisou em seu “Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo”. O Estado se fortificava não apenas militarmente, mas no conjunto de instituições montadas para dar suporte à nova realidade do capital. A classe operária já era

madura e forte, tendo enfrentado o capital com greves, a construção de sindicatos e de partidos de classe.

A guerra imperialista de 1914 eclodiu na Europa numa feroz disputa por mercado e territórios – a guerra é a expressão última do imperialismo. As forças estatais se concentram na indústria de guerra – uma nova indústria ou uma nova revolução industrial, impulsionada pela metalurgia, máquinas, carvão, petróleo, o que mudou radicalmente o mundo.

A revolução na Rússia, o elo mais frágil do imperialismo, abriu uma possibilidade histórica num país cheio de contradições: no campo, relações econômicas feudais e nas cidades uma classe operária minoritária, em parte dizimada na guerra e, depois, na defesa da revolução. Em meio ao caos econômico e social, em 1921 Lênin propôs a NEP, a Nova Política Econômica, em essência o Capitalismo de Estado sem burguesia – a chave da burocracia, que até explica a China atual.

No “mundo livre”, o Pós-Guerra trouxe profunda desagregação. A Alemanha foi praticamente destruída, pagando preço altíssimo pela guerra, mas sua ideia de domínio do mundo continuava no ar. A segunda grande depressão do capital aconteceu em 1929 nos EUA, que já despontavam como a maior economia mundial: violenta queda da bolsa e quebra geral de empresas. Durante quatro longos anos a economia mundial ficou à deriva. A solução encontrada? Seguir as teses de Keynes, que apostava na intervenção do Estado como regulador das crises. URSS e EUA gestaram estados de bem-estar social, com profunda intervenção na economia.

CRÉDITO, O MOTOR DA GUERRA FRIA

Muitos economistas consideram os anos 60 e parte dos 70 os anos dourados da economia mundial, com larga expansão da economia, crescimento e mundialização do comércio. Estes anos apagaram em parte a maior catástrofe da humanidade, a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945. Os EUA lideravam a oferta de crédito, dinamizando o crescimento: garantiam o crédito e compravam a produção, mesmo que isso significasse enorme déficit comercial. Mas seguravam as rédeas econômicas e combatiam o “comunismo”.

A famosa Crise do Petróleo, de 1974, já se gestava desde 1968/69, o ápice da superprodução. Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos, suspendera unilateralmente o sistema de Bretton Woods, cancelando a conversibilidade direta do dólar em ouro. Vieram abaixo todos os sistemas de planificação monetária e conversibilidade do Pós-Guerra, que impulsionaram a integração das economias ocidentais.

O repique da crise deu-se em 1981/82, com o início do governo Reagan, e se expressou na questão das dívidas dos países então chamados de “Terceiro Mundo”, que haviam recebido grandes investimentos de capital desde o fim dos anos 60/70. A “conta” foi cobrada por FMI e Clube de Paris no início dos anos 80. Um novo ciclo efetivamente se abriria em 1983, com a maior revolução do capital, a da microeletrônica, e uma virada política que derrubou o Muro de Berlim e a URSS.



O NEOLIBERALISMO

Essa virada política começou com as vitórias de Reagan e Thatcher, que impuseram ao mundo ajuste econômico duríssimo, com privatizações e restrição do crédito “fácil”, resultando na grave crise das dívidas de Brasil, México e Argentina. A ofensiva ideológica neoliberal foi tamanha que não houve ação possível fora desta ordem. Rebeliões latino-americanas foram combatidas sangrentamente, como em El Salvador e Nicarágua, revoluções e governos de esquerda foram sufocados. URSS e países do Leste europeu acabaram impiedosamente derrotados.

Nunca uma ideologia capitalista perdurou tanto como a neoliberal: foram 30 anos seguidos de vitórias, sendo a primeira delas a da premiê Margaret Thatcher contra 200 mil mineiros britânicos de 130 minas de

carvão: após 16 meses em greve, entre 1984 e 1985, acabaram reduzidos a pó (hoje são pouco mais de 1.500 em seis minas). Da queda do Muro de Berlim, em 1989, a 2008, nem sequer houve combate ideológico global: a esquerda ideológica resumia-se a pequenos círculos, a tal ponto que Francis Fukuyama decretou “o fim da história”.

SENHOR DO MUNDO E DAS GUERRAS

Como diz Macbeth após as revelações das bruxas: “Tudo que nos parecia sólido sumiu ao vento como nossos anelos”. Vitorioso no combate ao comunismo, Reagan conseguiu eleger seu vice, Bush Pai. A base da economia americana era a indústria bélica, bilhões do orçamento público eram gastos para deter o “inimigo vermelho”. Destruído o inimigo, para que manter a máquina de guerra? A pretexto de proteger suas posições no Golfo Pérsico, Bush Pai invadiu o Iraque em 1991. Mal sucedida militarmente, pois não derrubou Saddam Hussein, a incursão reanimou, contudo, a economia.

Uma surpresa foi a vitória de Bill Clinton, ex-governador de Arkansas, estado pequeno e secundário. Com trajetória de militância política em causas sociais, Clinton liderou por oito anos um dos maiores crescimentos da economia americana – e sem grandes conflitos externos. Favorecido por sua liderança no cenário mundial, impôs política de expansão de empresas e da influência americana baseada no dólar e no mercado financeiro.

Os ataques de 11 de setembro de 2001 mudaram o cenário: Bush Filho governou com seus belicosos “falcões”, que deram início à famigerada guerra ao terror, impondo ao mundo sua doutrina da “guerra preventiva”. Na economia, um novo “inimigo” crescia

silenciosamente, a China, que passou a financiar o crescente déficit fiscal americano. Barack Obama chegou à Casa Branca já sob os efeitos do mais profundo dos baques, a quebra do sistema financeiro americano, da qual tratamos anteriormente. No front externo, a secretária de Estado, Hillary Clinton, elegia com seus falcões da guerra um novo inimigo, o Irã.

Foto: Anton Furst



A sombria Gotham City, paradigma do “Novo Estado”

A GÊNESE DO ESTADO GOTHAM CITY

No último filme da trilogia *Batman*, o *Cavaleiro das Trevas*, o roteiro ultraliberal de Frank Miller coincide com a visão da direita radical americana, expressa no Tea Party: o Estado é “inimigo” do povo, serve apenas para manter uma burocracia corrupta e falida. O heroísmo individualista pune os corruptos pela eliminação física, sem tribunais. A

“Liga das Sombras”, ainda mais radical, propõe a limpeza de Gotham City, como que para purificar a humanidade, a corrupta e decadente civilização. A doutrina do império não tolera radicais.

Batman é a expressão de um estado de exceção. A Lei Dent do roteiro equivale ao Patriot Act 1, que regeu os EUA pós-11/9: todas as garantias individuais são suspensas, mandam a polícia e o poder coercitivo do Estado. As fundações privadas comandam as redes sociais de proteção, e não mais o Estado: é a Fundação Wayne que sustenta hospitais, escolas e creches. A prisão de Blackgate poderia estar em Guantánamo: tanto numa como noutra, os presos estão sujeitos a regime de exceção.

A metáfora vai mais fundo: se no segundo filme da trilogia o caos total assombrava Gotham, assim como a queda das torres gêmeas assustou Nova York, o hiato da aparente “paz” forçada pela Lei Dent (ou o Patriot Act 1) só terminará simbolicamente com a queda da bolsa de valores e a quebra dos bancos, alimentadas pela ampla especulação – no filme, a invasão direta da Wayne Enterprise. A arte imita a vida, o herói é novamente chamado para evitar a destruição total. A leitura do conflito é bem definida: o poder do capital também pode destruí-lo.

Poucas vezes um filme de ação conseguiu ser tão instrutivo. Bane, um anti-herói típico, toma o poder em nome do povo, caricatura de “socialista” ou “indignado” do movimento Occupy. Todos são convidados a tomar o poder em meio à barbárie. Os vetores visíveis deste “Novo” Estado: fim do conceito de bem-estar social – educação, cultura e saúde perdem seu caráter de obrigação pública e gratuita, assumidas por entes privados; ampla privatização, com o fim da intervenção direta do Estado na economia – ao novo Estado sobra gerir as forças repressivas, aplicar leis restritivas, quebrar direitos fundamentais. É isso que estamos chamando de Estado Gotham City.

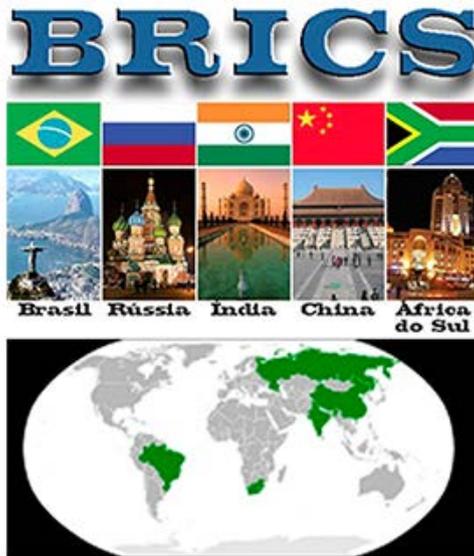
O Estado que surge desta crise começou a ser desenhado no fim dos anos 80. Com a queda do Muro de Berlim, livre do contraponto do Leste europeu, reduzir gastos públicos virou obsessão do capital. A redefinição do papel do Estado, de seu tamanho, de seu alcance foi sendo paulatinamente trabalhada econômica, política e ideologicamente.

A própria retomada de um novo ciclo do capital, aparentemente, depende da implementação deste novo Estado. Os governos passariam a meros apêndices de grandes bancos e grandes empresas. Presidentes e primeiros-ministros já se comportam como executivos de corporações, e em muitos casos vão efetivamente trabalhar nelas quando deixam o governo. No plano político, a forma de representação entra em contradição com a democracia representativa – em muitos lugares o próprio conceito de democracia começa a ser questionado: força e repressão viram opção principal. Leis como Patriot Act, nos EUA, ou de imigração, como na França, exemplificam este momento.

O Estado é capturado por agências e burocratas que não respondem aos anseios populares, não passam e nem desejam passar pelo crivo popular. Os casos mais esdrúxulos estão nos EUA: o presidente do Federal Reserve, sem mandato popular, define o futuro do país, e o presidente Obama não tem como intervir nos destinos econômicos, pois a modelagem do Estado não lhe permite margem de manobra. Até a indústria armamentista, antes de composição majoritariamente estatal, foi terceirizada. Aqui no Brasil, algumas agências criadas em gestão tucana desafiam o ordenamento jurídico, legislando sem mandato. A sorte é que o Brasil, a exemplo da União Europeia, não tem Constituição como a americana, que permite a “livre” ação destes burocratas.

Os direitos sociais, consagrados na constituição de vários países da

UE, é o atual centro de ataques deste novo modelo de Estado. Portugal, Espanha e Grécia reagem à crise com medidas que afrontam sua lei maior, e os tribunais superiores se transformam no último recurso. Em Portugal, por exemplo, o governo suspendeu entre outros direitos o 13º e o 14º salários por exigência da Troika, mas o Tribunal Constitucional, a mais alta corte portuguesa, anulou a decisão – que, até agora, o primeiro-ministro Passos Coelho não cumpriu. Outra saída são as manifestações de milhões contra os planos de austeridade, para limitar a ação desses governos-fantoche, como veremos adiante.



ESTADO GOTHAM CITY E BRICS

Do ponto de vista do Estado, a China emprega conceitos de economia estatal centralizada combinada a mercado e empresas privadas. O Estado define as ações e uma ampla burocracia vai levando o

gigantesco barco, com mais de 1,4 bilhão de habitantes. A China fora incorporada ao capitalismo antes da grande crise, nos anos 90, dando fôlego vital ao sistema capitalista central, agregando amplas massas ao processo produtivo, ajudando a definir novos padrões produtivos e a incrementar a taxa de lucro.

Sinceramente, não sei que outra formação política daria conta de tanta gente e tantas contradições. Os elementos da democracia que conhecemos no Ocidente dificilmente vingam no Oriente – isso vale para China, Coréia do Sul ou Japão, regimes muito específicos.

A desigual Índia, com seu regime de castas, divisão religiosa potencialmente explosiva e seus mais de 1 bilhão de habitantes, está sendo gerida por nova elite política e intelectual, que tenta dar unidade a um país gigantesco que não parece disposto a assumir valores ocidentais. A entrada de grandes empresas dinamizou a economia do país, mas o atraso histórico e a crise começam a minar seu crescimento. A Rússia, com seu poder energético e uma frágil democracia, é dominada por burocratas da antiga URSS. Durante o processo de privatização essa elite ficou bilionária, mas vive em luta mortal pelo controle do Estado e de suas riquezas. Parte do “novo” Estado se firmou lá: mesmo integrando os BRICS, a Rússia tem foco claro no capital, até no modelo do grupo de elite gestor.

O Brasil foi extremamente penalizado nos anos 80, devido à crise da dívida, só se readequando a partir da gestão Itamar, quando lançou sua dolarização, uma moeda ancorada no dólar – e o que era tática temporária virou âncora do poder. Aproveitando o prestígio da estabilidade, FHC conduziu uma série de desmontes do Estado, rumo ao novo Estado: muitas características do que se propõe hoje o capital foram aqui implementadas sem resistência. Os anos de hiperinflação e o desarranjo econômico serviram para conter resistências.

Vários elementos estranhos ao ordenamento jurídico brasileiro, como as famigeradas agências, foram incorporados ao Estado, numa construção artificial do modelo americano, apesar da Constituição de modelo europeu. Essa “ginástica” levou ao esvaziamento do Estado, em particular no setor de infraestrutura, como energia, estradas, portos, aeroportos e comunicações. Nas crises cíclicas de 97, 98 e 99, o Brasil não tinha política de Estado, o que redundou em apagões elétricos, no plano cotidiano, e em completa dependência do FMI, no plano econômico.

Os governos Lula e Dilma deram início à reconstrução da atuação do Estado, mas sem mexer no próprio Estado, sem se opor ao “novo” Estado que emergira da gestão tucana. Os vários avanços econômicos no Brasil, de incorporação de amplas parcelas que viviam à margem da cidadania, sem emprego ou renda, ainda não se traduziram em avanços políticos: a negociação para qualquer mudança é extremamente lenta, desgastante, e emperra o salto para a frente do país.

O impasse é a marca deste período. A grande crise pode ter bloqueado políticas mais afirmativas, de ruptura mesmo com o modelo FHC, do novo Estado, o que atrasa o país. Essa ruptura, no entanto, é de extrema urgência para que o Brasil chegue a outro patamar de país e nação. O que foi feito nestes últimos 10 anos, contudo, não nos parece pouco, visto que recentemente ainda se pensava em atrelar o Brasil aos Estados Unidos como forma única de superar as mazelas. O PT mostrou o contrário, e isto é *muito*.

De modo geral, o novo Estado parece se impor de forma desigual; nos BRICS, houve bloqueio e empates, não ruptura.



ESTADO GOTHAM CITY E INDIGNADOS

Pelo lado dos trabalhadores e da população em geral, vimos que se organizam na Europa, no Oriente Médio e nos EUA em vários movimentos de indignados. Mas o que importa é identificar se há planos claros de ruptura com o sistema ou mesmo propostas dentro do sistema que, de forma objetiva, apontem alguma saída da crise. Várias vezes debati o papel dos indignados na série Crise 2.0.

As famosas manifestações da Primavera Árabe, com auge no Egito, rapidamente se estenderam à Europa. O país mais atingido pela crise, sem dúvida, foi a Grécia. A resistência tem sido heroica, lembrando seu passado mitológico. A Puerta Del Sol em Madri é o símbolo de luta e resistência dos trabalhadores e do povo espanhol. As rebeliões de Londres, numa onda que misturava protesto e vandalismo, mostrou que a luta é a saída para as regiões mais excluídas, apesar da

repressão violenta. A ocupação de Wall Street foi indício de que a resistência chegara ao coração do sistema. O amplo empobrecimento, os seguidos planos que salvam a pele dos bilionários não são digeridos pacificamente por trabalhadores e estudantes.

E o futuro? O caso da Espanha é emblemático.

- A Primavera de Madri/Barcelona deu frutos ou se esvaziou?
- Os indignados desmascararam o governo “socialista”, mas com a forte abstenção que defenderam deram combustível à direita. Isso adiantou?
- O movimento forjou qualquer plataforma alternativa de poder ou mesmo de governo?
- Apenas se indignar com os políticos não leva à despolitização geral?

Para mim ficou claro que todos estes movimentos que questionam o sistema estabelecido mas não propõem alternativa de poder ou de governo acabam em imensa frustração e despolitização, alimentado a direita, que galvaniza a revolta para seus interesses. Foi o que aconteceu na Espanha e em outros países, fechando-se a vaga histórica de um período revolucionário, como procurei demonstrar em “Crise 2.0: Direita, Volver!!”

Os limites destes movimentos estão no vazio de propostas alternativas. A exceção seria a Grécia. O caminho do Syriza, o pequeno partido grego de esquerda que ousou enfrentar as forças políticas tradicionais e disputou firmemente as eleições, conquistando amplo crescimento, é uma alternativa clara aos governos-fantoches da Troika. Este é o rumo para os trabalhadores e o povo em geral, que pagam a dura conta da crise.